

ODAIR FREITAS DOS SANTOS

DEMOCRACIA EM CABO VERDE: AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004 NAS  
PÁGINAS DOS JORNAIS

UFRJ/CFCH/ECO  
2005

DEMOCRACIA EM CABO VERDE: AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004 NAS  
PÁGINAS DOS JORNAIS

Odair Freitas dos Santos

Universidade Federal de  
Rio de Janeiro/ Graduação em  
Comunicação Social –  
Habilitação Jornalismo

Orientador: Muniz Sodré  
Doutor em Comunicação  
Social

Rio de Janeiro  
2005

DEMOCRACIA EM CABO VERDE: AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004 NAS  
PÁGINAS DOS JORNAIS

Odair Freitas dos Santos

Monografia submetida ao corpo docente da Escola de Comunicação da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários  
à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo.

Aprovada por:

Prof. \_\_\_\_\_ - Orientador  
Muniz Sodré de Araújo Soares – doutor em Comunicação Social.

Prof. \_\_\_\_\_  
Eduardo Granja Coutinho

Prof. \_\_\_\_\_  
Mohammed Elhajji

Rio de Janeiro  
23 de novembro de 2005

Santos, Odair Freitas dos.

Democracia em Cabo Verde: As eleições municipais de 2004 nas páginas dos jornais/ Odair Freitas dos Santos; orientador, Muniz Sodré de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2005.  
ix 86 fls.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO, 2005.

1. Democracia em Cabo Verde: As eleições municipais de 2004 nas páginas dos jornais.

Graduação – I. Título. Graduação (UFRJ/ECO)

SANTOS, Odair Freitas dos. Democracia em Cabo Verde: As eleições municipais de 2004 nas páginas dos jornais. Orientador: Muniz Sodré de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2005.

### **Resumo**

O trabalho consiste na análise da cobertura jornalística das candidaturas partidárias e dos independentes nas eleições municipais de 2004 em Cabo Verde. Nos jornais publicados de janeiro a março de 2004, período da pré-campanha e da campanha eleitoral destacam-se determinados candidatos mais do que outros.

Tendo como base o conceito de Enquadramento proposto por Mauro Porto, analisamos as edições dos semanários *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *Horizonte* publicadas no período eleitoral e percebemos como os candidatos são apresentados pelos periódicos.

*Dedico*

*à minha mãe, Calcinda Freitas e  
a memória da minha avó, Joana Santos*

*Agradeço*

*a minha namorada, Evanilda Monteiro  
os meus amigos Alano Brito, Jeremias Fernandes e Mário Benvindo, pelo apoio.  
a Jacinta Santos, José Maria Pereira, Muniz Sodré.  
E todos que me ajudaram na realização deste trabalho*

## Lista de Siglas

ADM –	Aliança Democrática para a Mudança
ANP –	Assembleia Nacional Popular
BBC –	British Broadcasting Corporation
CIDC –	Comissão de Investigação e Divulgação Cultural
CN –	Conselho Nacional
CNI –	Conselho Nacional de Informação
GAS –	Grupo de Ação Sindical
JAAC-CV –	Juventude Africana Amílcar Cabral de Cabo Verde
MPD –	Movimento para a Democracia
OMCV –	Organização das Mulheres de Cabo Verde
OPAD-CV –	Organização dos Pioneiros Abel Djassi de Cabo Verde
PAI –	Partido Africano para Independência
PAICV -	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PAIGC –	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCD –	Partido da Convergência Democrática
PIB –	Produto Interno Bruto
PRD –	Partido da Renovação Democrática
PSD –	Partido Social Democrata
PTS –	Partido do Trabalho da Solidariedade
RDP –	Rádiodifusão Portuguesa
RFI –	Radio France International
RSF –	Repórteres Sem Fronteiras
RTC –	Rádiatelevisão Caboverdiana
RTP –	Rádiatelevisão Portuguesa
TVEC –	Televisão Experimental de Cabo Verde
UCID -	União Cabo-verdiana Independente e Democrática
UNTC-CS –	União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical
UPICV –	União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde
UPICV-R –	União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde – Renovada
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**Lista de anexos**

**Anexo 1.** Lista das Candidaturas as eleições municipais de 2004.

**Anexo 2.** Mapa do resultado das eleições de 2004 para as Câmaras Municipais

**Anexo 3.** Mapa do resultado das eleições de 2004 para as Assembléias Municipais



## SUMÁRIO

	<b>p.</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2. AMBIÊNCIA POLÍTICA EM CABO VERDE</b>	<b>12</b>
2.1 Regime de Partido Único	13
2.2 Regime Democrático	18
2.3 Sistema de Governo	24
2.4 Formação dos Partidos Políticos	26
2.5 Relação entre Partidos Políticos e Sociedade Civil	31
<b>3. MÍDIA EM CABO VERDE</b>	<b>33</b>
3.1 Período Colonial	33
3.2 A imprensa e o partido único	37
3.3 A democratização da mídia	40
<b>4. ESTUDO DE CASO: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004 – COBERTURAS DOS JORNAIS</b>	<b>48</b>
4.1 Edição dos jornais	48
4.1.1. Análise da edição pelo jornal <i>A Semana</i>	48
4.1.2. Análise da edição pelo jornal <i>Horizonte</i>	49
4.1.3. Análise da edição pelo jornal <i>Expresso das Ilhas</i>	50
4.2. Análise quantitativa	51
4.2.1. Volume de textos publicados	51
4.2.2. Volume de fotos publicadas	56
4.2.3. Comparativo entre o volume de textos e fotos dos candidatos do PAICV e do MPD.	58
4.3. Análise qualitativa	59
4.3.1. Análise de conteúdo das reportagens	60
4.3.2. Análise de conteúdo dos textos opinativos	67
4.3.3. Análise do conteúdo das fotos	73

<b>5. CONCLUSÃO</b>	<b>79</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>81</b>
<b>7. ANEXOS</b>	<b>85</b>

## 1- INTRODUÇÃO

A situação da mídia em geral, e da imprensa escrita em particular tem sido um dos elementos importantes no estudo das eleições nos países ocidentais. A imprensa contribui para criar cenários favoráveis ou desfavoráveis para um ou outro candidato, combinando os eventos de campanha sob este ou aquele prisma nas notícias, e em Cabo Verde, não é diferente, os jornais têm a sua influência junto aos eleitores.

Cabo Verde passou a ser um país de democracia em 1991, desde essa data já foram realizadas quatro eleições municipais (1991, 1996, 2000 e 2004). As eleições municipais de 2004 encontraram os jornais dispostos a ocupar as suas páginas com o tema eleitoral local, o que resultou numa ampla cobertura dos três semanários existentes no país, *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *Horizonte*.

Com este estudo buscaremos as respostas para as seguintes questões: Quantas matérias foram destinadas a cada partido e candidato? Quem teve maior destaque no jornal? Como a imagem dos candidatos independentes e dos partidos foi construída pelos jornais?

Contudo, para entendermos a política e a mídia em Cabo Verde o trabalho foi organizado em três aspectos fundamentais. Primeiro mostraremos os dois principais regimes no país com a ambiência política. Depois, apresentamos as três fases da imprensa em Cabo Verde, colonialismo, partido único e democrático. Finalmente, no último aspecto fundamental, analisaremos o comportamento da imprensa escrita na cobertura das eleições municipais de 2004.

Entretanto, como o escrutínio foi a primeira em que um partido, com três anos de governação e no primeiro mandato perdeu a maioria das Câmaras Municipais, ou seja, o PAICV partido que sustenta o governo em Cabo Verde desde 2001 foi o derrotado nas eleições autárquicas de 2004. Nas eleições municipais realizadas em Cabo Verde nunca um partido que dominava o parlamento tinha perdido as câmaras municipais, pelo menos, dois anos antes de terminar o mandato. Por isso, esse tema passou a ser um assunto apaixonante para ser abortado, mesmo também, não há no país trabalho científico sobre eleições municipais.

A escolha dos semanários *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *Horizonte* justifica-se por serem os únicos periódicos de temas factuais em Cabo Verde e destinados a todas as classes sociais e foram esses periódicos que acompanharam o andamento de pré-

campanha e campanha eleitoral. Ainda, com características distintas os municípios foram “cobertos” de acordo com os critérios de cada jornal.

Para compreender melhor as características das eleições retratamos a ambiência política e a mídia em Cabo Verde, visto que assim se poderá perceber a realidade do país e a ligação da política com a mídia. Para isso, foi feita uma revisão da literatura existente sobre a comunicação e a política em Cabo Verde e entrevistas com diretores de jornais e rádios do arquipélago para compreender o dia-a-dia de cada meio de comunicação.

Depois optamos, por separar, as edições dos jornais analisados e estudar os métodos adotados em trabalhos similares. Pesquisamos as publicações dos periódicos, *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *Horizonte* da primeira semana de janeiro a última semana, antes das eleições em março. Analisamos as reportagens, chamadas de primeira página, fotos, textos opinativos e editoriais em que o nome dos candidatos, partidos ou grupos independentes aparecesse.

Esse período foi escolhido porque, em janeiro as candidaturas já estavam todas definidas, os candidatos encontravam-se em plena campanha, apesar de por lei em Cabo Verde, a campanha eleitoral só pode iniciar 17 dias antes da data das eleições. E no período da campanha eleitoral não se podem divulgar sondagens e nas eleições municipais não há propaganda eleitoral gratuita como acontece nas legislativas e presidenciais. Por isso, as páginas dos jornais se tornam um bem precioso para os partidos e grupos independentes.

Depois que descrevemos e analisamos a ambiência política e a mídia em Cabo Verde, realizamos o estudo de caso com as edições dos jornais, em termos quantitativos e qualitativos. A análise quantitativa foi do número de vezes que os candidatos dos partidos e dos grupos independentes apareceram nas reportagens divulgadas pelos semanários, assim levamos em conta a quantidade de fotos e referências feitas aos candidatos as Câmaras e Assembléias Municipais.

Quando a análise qualitativa observamos o foco das matérias e dos textos opinativos para perceber quais foram os assuntos que mereceram mais destaques e se as fotos e reportagens foram apresentados de forma positiva, negativa, ou neutra para os candidatos dos partidos e dos grupos independentes.

## **2. AMBIÊNCIA POLÍTICA EM CABO VERDE**

Neste item descreveremos e analisamos a ambiência política em Cabo Verde entre 1975 e 2005. No primeiro momento, de 1975 a 1990, retratamos o regime de partido único em Cabo Verde, período pós-independência. Esse período foi governado por ex-combatentes da liberdade da pátria, que lutaram durante anos na Guiné-Bissau para a independência de Cabo Verde e Guiné. Procuramos apresentar as principais ações do regime de partido único no plano econômico, social, cultural e na esfera da educação, analisando o totalitarismo do regime, o comportamento do partido que auto-definiu como paternalista até as principais razões da abertura e transição para a democracia pluripartidária. O segundo momento começa em 1990, período em que se vivia uma onda de contestação aos regimes monopartidários na África, até 2005. Os principais atores dessa mudança e como o partido único e a sociedade se prepararam para as primeiras eleições livres e democráticas em Cabo Verde, também são objetos da nossa análise.

Relativamente ao regime democrático, procuramos mostrar as principais mudanças introduzidas no país, a aprovação da nova Constituição e os temas que se destacaram como prioritários no início da democratização no país. As rixas políticas que subdividiram os primeiros partidos e a bipolarização no país. Tentaremos ainda neste item, compreender a singularidade do sistema eleitoral cabo-verdiano, que contempla a comunidade emigrada e permite que grupos de cidadãos concorram aos atos eleitorais municipais e como se processou a divisão dos distritos eleitorais. Como ficou o país no campo econômico com a liberalização, no social com as garantias dadas pela nova Constituição e no cultural e descrever as transformações na educação. E o que não mudou com o regime democrático, principalmente no serviço público. Descrevemos e analisamos as explicações apresentadas pelos partidos para o sistema de governo em Cabo Verde. A contenda entre as duas maiores forças partidárias para a definição do sistema de governo quando da revisão da Constituição em 1992. E ainda, o contexto da formação dos partidos políticos no arquipélago e como a não definição clara da ideologia partidária cria cisões no sistema partidário. Por fim, estudamos a relação entre os partidos políticos e a sociedade civil, como se dá essa união, ou melhor, como as pessoas deixam de lado o papel da cidadania política e passa a agremiação partidária.

Recorremos, principalmente, a análise de Fonseca (1999) para explicar a sociedade civil em Cabo Verde.

### **2.1. Regime de partido único (1975 – 1990)**

Cabo Verde viveu num regime de partido único ou monopartidário de 1975, ano da independência, a 1990, ano da abertura política no país. O regime de partido único – entendida, na definição de Veiga (2004), como um regime de partido-Estado, monolítico, autoritário e totalitário, em que não se admitiam outras agremiações partidárias e em que não existia liberdade de expressão, de imprensa, de associação, de reunião e de manifestação. Braga da Cruz (1988) diz que nos regimes autoritários de partido único o partido se integra no Estado, os órgãos do partido se transformam em órgãos do Estado, o emblema do partido passa a ser o símbolo do Estado, obrigatório em todos os locais públicos. Deste modo, Lopes (2003) escreve que em Cabo Verde, como nos demais países na África, o partido único se confundiu com o próprio Estado. O Estado era visto como um instrumento a seu serviço e o partido a via pela qual a nação deveria realizar os seus desígnios, mesmo não abrangendo a maioria da população.

Durante os quinze anos do regime monopartidário do PAIGC/CV<sup>1</sup> o domínio desse partido se dava em todas as esferas. No campo social, a mobilização da sociedade acontecia a partir de organizações sociais criadas pelo partido. Assim sendo, formou-se a OPAD-CV (Organização dos Pioneiros Abel Djassi<sup>2</sup> de Cabo Verde) formação das crianças que eram preparadas com a ideologia marxista, a JAAC-CV (Juventude Africana Amílcar Cabral de Cabo Verde), a OMCV (Organização das Mulheres de Cabo Verde), entre outras. Esses grupos, além de depender financeiramente do PAICV,

---

<sup>1</sup> O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) era um partido que tinha por princípio promover a unidade Guiné/ Cabo Verde e por isso tinha órgãos supranacionais como a Constituição binacional que foi adotada logo após a independência. Uma parte desse partido governava Guiné-Bissau e a outra Cabo Verde, cada uma com uma grande autonomia administrativa, mas com uma coordenação política comum. Entretanto, com o golpe de Estado na Guiné-Bissau a 14 de novembro de 1980 que depôs o presidente Luís Cabral, os integrantes cabo-verdianos no partido, rompem com o princípio de unidade Guiné/ Cabo Verde. A 19 de Janeiro de 1981 foram convocados os órgãos do partido (pela parte de Cabo Verde) para analisar a situação do PAIGC. A Constituição foi revista e foram abolidos todos os artigos referentes à unidade entre os dois países, o PAIGC transformou-se em PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde, mantiveram-se os mesmos integrantes do partido. Por isso, o uso da sigla PAIGC/CV justifica-se para chamar a atenção para a continuidade da política do regime.

<sup>2</sup> Nome como Amílcar Cabral era conhecido entre os companheiros de luta.

qualquer cidadão que quisesse fazer parte deles tinha de passar por uma formação ideológica baseada nas orientações do partido.

No campo econômico, o Estado, orientado pelo partido, controlava de uma forma rígida a economia fazendo com que ela se orientasse, sobretudo, pelos princípios de centralização e planificação estatal, privilegiando o setor cooperativo ligado ao partido e o setor de empresas públicas nos diversos serviços (Évora, 2004).

O regime monopartidário permitiu que a administração pública burocrática em Cabo Verde se tornasse extremamente politizada e os beneficiados foram os militantes do partido. Pois só eles ascendiam na carreira de servidor público. Cardoso (1993) diz que o domínio do partido único na administração pública foi tão forte, que um decreto lei obrigava os funcionários públicos a fazerem um juramento de fidelidade aos princípios do partido e, nos concursos públicos, exigia-se o conhecimento do programa do PAICV.

Ainda no campo social, em 1975, o PAIGC criou a primeira organização sindical do país, designada Grupo de Ação Sindical (GAS). Anos mais tarde, depois do terceiro congresso do partido foi criada a União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical (UNTC –CS), o partido controlava as organizações sindicais, pois a nomeação dos representantes e a agenda a ser seguida pelos sindicatos deveriam obedecer as diretrizes do PAICV (Cardoso, 1993).

Tanto Correia e Silva (1997) como Évora (2004) afirmam que a cultura política de repressão herdada do colonialismo impossibilitou o surgimento de posturas de reivindicação dos direitos trabalhistas, por isso, para ter controle dos movimentos reivindicativos dos trabalhadores, o partido criou os sindicatos. Évora (2004) diz que as organizações sindicais assumiram uma estrutura vertical e que essa estrutura caracterizava a sociedade cabo-verdiana tornando-a extremamente elitizada e hierarquizada, pois tanto a organização social como a estrutura política são processos que sempre vêm de cima para baixo.

Para além, do campo social e econômico, o controle do partido único em Cabo Verde se verificava nos meios de comunicação social, na cultura e na educação. Segundo Cardoso (1993) como os meios de comunicação eram estatais, o partido aproveitava deles para propagar a sua ideologia e política. Os órgãos de informação eram administrados exclusivamente por militantes do partido e membros do governo.

Ainda de acordo com o autor, não era permitida a divulgação de contestação contra o governo e o partido nesses meios. Para driblar os mecanismos do regime, a resistência se dava através de cartas, panfletos e folhetos distribuídos de forma clandestina. O único meio de informação privado e que fazia críticas ao governo era o jornal Terra Nova, que atualmente continua a servir de espaço de contestação, não ao regime, mas ao partido – PAICV.

O regime monopartidário utilizou o sistema educacional como mecanismo de repressão introduzindo textos com conteúdo ideológico do PAICV nos manuais escolares do ensino básico. Lopes (2002) citando as primeiras tutelas da educação escreve que o partido único universalizou o ensino, com isso, este entrou numa crise que se arrasta até hoje. Nas escolas secundárias há uma grande instabilidade do corpo docente e como no regime anterior, atualmente as pessoas terminam o ensino secundário, dão aulas alguns anos e depois arranjam um emprego mais atrativo ou uma bolsa de estudos para o estrangeiro. Na década de 80 havia bolsas para vários países, entre os quais – URSS, Cuba, Brasil e Portugal. Segundo Cardoso (1993), o processo de seleção de bolsas era controlado pelo PAICV e hoje os maiores quadros do país são ligados a esse partido.

Ao longo da colonização, algumas manifestações culturais eram proibidas pelas autoridades coloniais – **tabanca**<sup>3</sup>, **colá sanjon**<sup>4</sup>, **funaná**<sup>5</sup>, etc. Lopes (2004) citando o lingüista cabo-verdiano, Manuel Veiga escreve que com a independência a cultura cabo-verdiana passa a ser dignificada e o povo assumiu a sua cultura como algo que lhe pertence, embora, a cultura dos outros poderia servir como referência. A língua cabo-verdiana – Crioulo<sup>6</sup> passou a ser valorizada, apesar de, até hoje se discutir a escrita e a oficialização do crioulo.

Se nas manifestações populares havia um consenso coletivo, já na divulgação de filmes não era assim. No primeiro regime criou-se uma instituição denominada de

---

<sup>3</sup> Tabanca – estilo de música e dança de Cabo Verde.

<sup>4</sup> Colá sanjon – estilo de dança das festas religiosas de São João Batista. A festa acontece em junho

<sup>5</sup> Funaná – estilo de música e dança de Cabo Verde, surgiu no interior da ilha de Santiago

<sup>6</sup> Crioulo – língua nacional de Cabo Verde surgida da mistura do português e de línguas africanas. A padronização da escrita do crioulo foi discutida pela primeira vez em 1979, num colóquio realizado em Mindelo, ilha de São Vicente onde participaram Paula Brito, Pedro Cardoso, Baltasar Lopes e Dulce Almada. Desde esse encontro, a única coisa que se produziu foi o alfabeto da língua cabo-verdiana Alfabeto unificado para a escrita do crioulo (Alupec) concluída em 1994, pelo lingüista Manuel Veiga.



CIDC – Comissão de Investigação e Divulgação Cultural que segundo Évora (2004) funcionava como uma agência de censura aos filmes. Para controlar a exibição cinematográfica o governo editou a portaria n° 46/45 de sete de julho de 19975 que estabelecia:

“2 - Os empresários dos cinemas existentes no Estado de Cabo Verde ficarão obrigados a apresentar toda a documentação relativamente a filmes que pretendem projetar às delegações da Comissão de Investigação e Divulgação Cultural ou a seus delegados nas diferentes ilhas antes das projeções públicas e, se possível, no seu próprio interesse, antes da importação dos mesmos

3 - Transitoriamente apenas serão exibidos publicamente os filmes que obtiverem parecer positivo da Comissão de Investigação e Divulgação Cultural, não podendo ainda, provisoriamente, ser exibidos publicamente os filmes de arte marciais, vulgarmente designados de karatê, bem como os que fazem apologia da pornografia.”

Évora (2004) defende que, apesar do caráter autoritário e repressivo do regime dominando pelo PAICV, a violação dos direitos humanos, a tortura e a repressão em Cabo Verde, o sistema político foi mais moderado do que em outros países africanos.

Entretanto, Cardoso (1993) afirma que o partido criou a polícia política e os seus integrantes recebiam treinamento em Cuba, URSS e Romênia. A missão da polícia política era de descobrir os opositores do regime e depois reprimi-los. Cardoso (1993) afirma que a Constituição reconhecia a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, garantido o direito à integridade física e moral, proibindo a tortura e garantido o direito à inviolabilidade do domicílio e da correspondência, mas o regime não a respeitava, utiliza prisões ilegais, perseguições políticas e torturas como forma de repressão aos que desrespeitavam as práticas do regime.

Apesar de parecer que existia uma uniformidade ideológica no PAICV, Évora (2004) diz que foi devido à falta de consenso em termos ideológicos que o regime de partido único encontrou as suas fraquezas e um dos fortes motivos para o seu colapso. Pois, o objetivo principal dos cabo-verdianos que participaram da formação do PAIGC era de conseguir a independência e que naquele momento não interessavam as divergências existentes. De acordo com a autora as divergências ideológicas foram encobertas em nome da libertação nacional.

Évora (2004) afirma que, o caráter fechado do regime de partido único impossibilitou uma circulação aberta dos dirigentes e o tornou incapaz de mobilizar socialmente seus integrantes, o que fragilizou o regime. Passaram a ser constante os conflitos internos e as divergências ideológicas não foram mais esquecidas. Mas, essas divergências ideológicas não geraram um outro partido, visto que eram proibidos. Ainda segundo a autora o grande problema do regime de partido único em Cabo Verde foi o fato de o PAICV não ter introduzido outras formas de renovação da sua liderança, conformando-se com uma hierarquia conservadora baseada em argumentos históricos<sup>7</sup>.

Com base nos argumentos que o partido era o pai da independência de Cabo Verde, o PAICV legitimava seu poder e traçava os destinos do país. Ao longo dos anos, as alternativas não foram criadas para manter essa legitimidade, a queda do regime era iminente. Para Évora (2004) a falta de participação popular e ausência de subsistemas políticos, atribuíram ao regime de partido único, no sentido extremo, características conservadoras e baseadas exclusivamente na ordem hierárquica que o constituía dificultou a PAICV e o afastou da população.

Ao se aperceberem do isolamento do partido, os dirigentes do regime começaram a fazer pequenas mudanças, em 1985. Como diz Évora (2004), “o sistema não ia bem e que, para a conservação do mesmo [regime de partido único] algumas reformas eram imprescindíveis. Assim, para as eleições legislativas, que até então competiam exclusivamente à Assembleia Nacional Popular, o partido introduziu um novidade: os candidatos deveriam ser apresentados às populações das ilhas, que deveriam discutir suas qualidades para depois votarem.” Para a autora, o objetivo do partido em tentar se aproximar da população era de fortalecer o regime. Segundo Correia e Silva (1997) a abertura adotada pelo regime tinha por objetivo ampliar as bases sociais do partido, mas acabou por enfraquecer o regime culminando na abertura política.

Entretanto, o setor econômico foi um dos pontos cruciais para a abertura política em Cabo Verde. Durante os quinze anos de regime de partido único o modelo econômico seguido tinha uma forte intervenção do Estado e não se cogitava nenhuma possibilidade de desenvolvimento do setor privado ou de atividades voltadas para

---

<sup>7</sup>O presidente e o secretário-geral do PAICV, Aristides Pereira e Pedro Pires, respectivamente foram os principais líderes que lutaram pela independência de Cabo Verde.

exportação. O sistema econômico do país era subordinado ao Estado, ele que ditava as regras do mercado, havia empresas mistas em que a maioria das ações era do Estado. O modelo econômico adotado restringia o investimento externo e privado no país o que demonstrou a fragilidade do setor privado, logo a um dilatamento do setor público. Também, as condições agrícolas são más por causa das condições naturais que dificultam o desenvolvimento do setor no país.

De acordo com Évora (2004) o governo para mudar o cenário desfavorável à economia fez-se em 1988 uma revisão constitucional onde introduziu mecanismos legais que permitiam o investimento externo e privado no país, mas reiterou a exclusividade do Estado no controle de setores chaves da economia. Mesmo com essa abertura econômica, as pressões contra o regime aumentaram o que culminou com a abertura política em 1990.

## **2.2. Regime democrático**

O fim da União das Republicas Soviéticas Socialistas – URSS e o aumento da violência contra os regimes monopartidários na África são outras causas que impulsionaram os dirigentes do PAICV a decidirem pela transição política do regime monopartidário para o multipartidário. Segundo Évora (2004) que cita o então Primeiro-Ministro e Secretário Geral do PAICV, Pedro Pires, a decisão de se fazer abertura política partiu da cúpula do partido. Se o partido tivesse feito abertura política quando fez a abertura econômica, o PAICV poderia ter conseguido um desempenho eleitoral melhor do que dois anos depois.

A abertura política se deu formalmente em setembro de 1990, numa sessão extraordinária da Assembléia Nacional Popular (ANP) convocada para que fosse votada a “Lei dos Partidos Políticos”. Essa sessão removeu o Artigo 4º que reconhecia o PAICV como a única força política dirigente. Nessa Assembléia, Évora (2004), afirma que se formalizou o direito de existência dos partidos políticos e as condições legais para ter separação entre os poderes legislativo e executivo, visto que se instituiu a lei do regime jurídico dos partidos políticos, a lei eleitoral para a Assembléia Nacional Popular e para o Presidente da República, a lei que reconhece o direito a propaganda gratuita dos partidos políticos, entre outras.

O processo de transição política em Cabo Verde deu-se num clima relativamente tranqüilo, apesar do início não parecer claro a posição dos chefes do regime, os dirigentes do PAICV não queriam que surgissem outros partidos, não estavam dispostos em uma concorrência. Segundo Lopes (2003), em novembro de 1989, o Conselho Nacional do PAICV dá sinais de abertura, marcando as eleições municipais para 1991 e admitindo a participação de cidadãos. Um ano depois o PAICV fazia a mesma proposta. Mas, a rápida organização do MPD – Movimento para a Democracia acaba com a estratégia do PAICV. Para Évora (2004) a intenção de admitir concorrentes, listas de cidadãos e não de partidos políticos, o PAICV não estava interessado na formação de outras forças políticas. Com isso seria uma manobra para enfraquecer os possíveis concorrentes do PAICV, pois sem qualquer organização partidária seria difícil derrotar um partido que tinha todas as suas estruturas organizadas e a funcionar. Évora (2004) acredita que a forma como a abertura política se deu e a legalização de partidos afetou muito o sistema partidário cabo-verdiano, que assumiu uma característica totalmente bipartidária.

Como veremos detalhadamente no ponto sobre a formação de partidos políticos em Cabo Verde, a UCID – União Cabo-verdiana Independente e Democrática, um partido fundado na década de setenta, por emigrantes cabo-verdianos residentes em Roterdão, Holanda não pôde participar das primeiras eleições democráticas. Logo após a aprovação da Lei dos Partidos Políticos em setembro de 1990 ficou determinado que para cada partido fosse legalizado teria de ter pelo menos 500 pessoas inscritas, todas maiores de 18 anos e exercendo efetivamente todos os seus direitos políticos e civis. Segundo Évora (2004) foi dado um tempo curto para cumprir essas exigências, por isso, a UCID não conseguiu legalizar, assim ficou de fora das primeiras eleições democráticas<sup>8</sup>.

Desde 1991, ano das primeiras eleições livres e democráticas em Cabo Verde, o sistema eleitoral tem garantido maiorias claras e assegurado a governabilidade do país e a sua estabilidade política. Apesar disso, favorece a bipolarização entre os dois maiores partidos, o que segundo Veiga (2005) pode também não ser negativo e até traduzir a

---

<sup>8</sup> Os dirigentes da UCID uniram-se ao MPD para derrubar o PAICV. Por várias vezes os líderes da UCID eram chamados para subir ao palco dos comícios do MPD. Com isso, acredita-se que a UCID diminuiu a força que detinha junto da população. Atualmente, a UCID não passa de um partido nanico e, vários de seus ex-dirigentes estão na fileira do MPD.

bipolarização social e a incapacidade de os demais partidos, “produtos de cisões ou de circunstâncias especiais”, suscitarem adesões significativas, mas distorce, substancialmente, a proporcionalidade e desperdiça número de votos. Ainda, segundo este autor há uma necessidade de revisão consensual do sistema eleitoral, nomeadamente no que se refere aos círculos eleitorais.

O sistema eleitoral de Cabo Verde divide o país e o estrangeiro em vinte círculos eleitorais, dezessete dos quais coincidentes com os municípios do país e os outros são: África, América e o círculo da Europa e o resto do mundo – esses ligados ao fato de existir uma grande comunidade cabo-verdiana emigrada nestes três continentes e a importância econômica dessa comunidade para o país. Como Cabo Verde vive uma fragilidade econômica, a emigração para o estrangeiro tem sido para muitos cabo-verdianos uma saída da pobreza e/ou aumento da renda familiar. A remessa financeira enviada aos familiares em Cabo Verde pelos emigrantes representa um valor considerável no PIB do país.

No total são setenta e dois deputados, cada círculo eleitoral elege no mínimo dois deputados excetuado o círculo da África que os eleitores cabo-verdianos residentes nesse continente podem eleger um deputado, isso nas eleições para escolha dos deputados para o parlamento e o Presidente da República. Nas eleições municipais ou autarquias locais, como é designada em Cabo Verde, a eleição se dá para as Assembléias Municipais e as Câmaras Municipais. Enquanto que nas eleições legislativas as listas concorrentes são propostas por partidos políticos e coligações destes, já nas municipais para além de aceitar os partidos pode concorrer aos órgãos autárquicos grupos de cidadãos eleitores – candidaturas independentes. Também, para as autarquias podem concorrer os cidadãos residentes em Cabo Verde dos países de língua portuguesa e de outros países com residência habitual e legal no país. Os cabo-verdianos residentes no exterior não participam das eleições municipais.

Em outro patamar, o sistema eleitoral de Cabo Verde determina que só pode ser eleito Presidente República o cidadão cabo-verdiano, sem partido, maior de trinta e cinco anos, que não possua outra nacionalidade e que até a data da apresentação da candidatura tenha residido no país pelos menos três anos. Ainda e segundo a mesma lei, as candidaturas para Presidente da República são propostas por um mínimo de mil e um

máximo de quatro mil eleitores e devem ser apresentadas sessenta dias antes das eleições no Tribunal Constitucional.

As competências atribuídas ao Presidente da República são limitadas e sempre que a revisão constitucional se torne ordem do dia, muitos formadores de opinião em Cabo Verde, começam a criar uma grande especulação quanto à ampliação dessas atribuições. A restrição dos poderes do Presidente da República, no nosso entender, torna a figura deste desnecessário, ou seja, a função dele de chefe de Estado se reduz à fiscalização da Constituição do país. O controle das atividades do executivo é feito pelo parlamento, onde o governo apresenta as contas e os tribunais, onde os cidadãos poderão recorrer caso se sintam lesados pelo governo.

Em Cabo Verde, o sistema eleitoral pode ser definido como um sistema de desequilíbrio, apesar de existir vários partidos, só dois tem um maior número de deputados eleitos. Durante dez anos o MPD dominou o parlamento e há quatro anos é o PAICV que o domina, em virtude dos resultados eleitorais. No entender de Lopes (2002), no país houve a mudança do sistema de partido único para o partido “dominante” ou “hegemônico”. Para Évora (2002), mesmo com a grande maioria conseguida pelo MPD por duas vezes consecutivas nas eleições legislativas, o regime cabo-verdiano permite a hipótese de alternância de poder, o que aconteceu em 2001, o que não é permitido nos regimes de partido hegemônico.

Como foi apontado anteriormente, as primeiras eleições livres e democráticas em Cabo Verde aconteceram em 1991, mais precisamente a 13 de janeiro. A oposição venceu essas eleições por maioria absoluta e formou governo, com a maioria dos assentos no parlamento elaborou uma nova Constituição onde ficou expressa o Estado de Direito Democrático, garantido uma série de liberdades e direitos antes inexistentes na anterior Constituição. A nova Constituição apresenta os princípios e garantias para o exercício da democracia pluralista, apresentando um novo sistema de governo, baseado no equilíbrio entre os poderes e na independência do judiciário.

Se antes da democracia, os titulares dos órgãos municipais, anteriormente chamados de delegados do governo, eram designados e escolhidos pela cúpula do partido no poder, com a democracia, a nova Constituição estabeleceu que os representantes dos munícipes, titulares dos órgãos da Assembleia Municipal e a

presidência das Câmaras Municipais, passariam a ser eleitos por princípios democráticos, baseados no sufrágio universal e no voto direto.

A nova Constituição passou a garantir o direito à liberdade, à liberdade de expressão e informação, à liberdade de associação, de reunião e de manifestação, da imprensa, da associação sindical e do direito à greve. Os direitos foram reforçados com a revisão da Constituição em 1999, com a introdução do direito à vida e à integridade física e moral, à liberdade e segurança pessoal, ao habeas corpus, de participação na vida pública, participação na organização do poder político – partido políticos; os titulares de órgãos públicos passaram a ter responsabilidade política, civil e criminal sobre os seus atos, a tortura passou a ser condenada por lei.

O primeiro governo do regime democrático acabou com todos os instrumentos de repressão e de controle político e social do regime de partido único. Extinguiu os elementos de repressão autoritária, caso da polícia política, das milícias populares e dos tribunais populares. Ainda despartidarizou a polícia de ordem pública, afastando e reformando a sua direção.

No serviço público, até hoje se tenta a despartidarizar, mas o que se vê é uma administração pública burocrática e partidarizada. Segundo Veiga (2004), o serviço público em Cabo Verde é dominado pelo partido no poder e que atualmente todos os cargos de chefia ou de direção é assegurado por militante ou alguém que seja conotado com o partido no poder, e que, na maioria dos casos, foi confiança política e não o mérito o fator determinante para as nomeações. Veiga afirma que os órgãos públicos que tinham de ser ou parecer independentes, estão longe de parecer independente. Ele diz que aumenta o número de queixas de pessoas que sofrem discriminação e perseguição por serem da oposição. No nosso entender, situações do tipo têm a ver com a “criancice” da democracia cabo-verdiana e de ainda prevalecer em Cabo Verde o medo de retrocesso, há um déficit de organização por parte da sociedade civil, por isso, que ela não fiscaliza os governos, a fiscalização é feita só pela oposição.

Como aconteceu no regime de partido único, no atual regime, as chefias dos meios de comunicação social estatais são atribuídas pelo governo, sem controle de qualquer outra instituição. De acordo com Veiga (2004), o modelo de serviço público existente nos meios de comunicação social está falido e as pessoas que se destacam por mérito e que deviam ser recomendadas para os cargos, não são, porque é necessário

saber de antemão a sua cor partidária. A nomeação se dá por recompensa por algum serviço prestado ao partido no poder. O autor culpa o Conselho de Comunicação Social pelo silêncio e pela fraca atuação das raras vezes que é chamado.

No entanto, desde o início do regime democrático, os órgãos de informação privados têm aumentado substancialmente, existe no país várias rádios, emissões de televisões estrangeiras, jornais e portais na internet. A mídia privada em Cabo Verde tem pouca expressão, porque enfrenta vários problemas de ordem financeira, como veremos mais adiante.

No plano econômico, as privatizações assumidas no início da década de 90 transformou a economia do país, o modelo de privatizações foi baseado no livre mercado. O Banco Mundial financiava e controlava o processo estabelecido em duas fases: na primeira, o Estado levava para o setor privado a totalidade dos seus ativos em algumas seções e, na segunda, o governo reestruturava os setores sob gestão do Estado, com intuito de torná-los mais eficiente e ampliar a produtividade das empresas públicas, introduzindo capital humano e tecnológico. A privatização iniciada em 1991, em Cabo Verde era necessária, de acordo com Évora (2004) citando os relatórios do governo de 1997, em que o governo da época dizia que a função pública estava completamente falida e que as verbas orçamentais destinadas as empresas estatais só faziam aumentar a dívida interna do país.

Na década de 90, o processo de privatização, sempre foi um dos pontos da discórdia política entre os dois maiores partidos em Cabo Verde. Os dirigentes do MPD que estavam no poder apontavam as privatizações como algo de bom para o país e que os resultados obtidos eram positivos. Mas, a oposição criticava o governo pela falta de transparência no processo de privatização. Para Lopes (2004) e Monteiro (2004), o processo de privatização realizado em Cabo Verde apresentou alguns problemas de transparência em relação ao andamento do processo e o destino dos recursos e os serviços prestados por algumas empresas privatizadas pioraram em vez de melhorar.

Antes das privatizações o Estado de Cabo Verde tinha participação em 47 empresas. De acordo com Évora (2004), das 47 empresas existentes, 23 eram monopólios estatais, 14 mistas em que 51% das ações estavam com o Estado e as outras controladas por privados; as demais empresas estavam no processo de liquidação porque se encontravam em vias de falência.



Cabo Verde que até 1990 era uma república socialista, com a privatização das empresas do Estado passou à aderir a lógica econômica capitalista, que segundo Monteiro (2004) “qualquer agente econômico (incluindo o governo) deve tomar decisões de gastos, olhando para a sua restrição orçamentária”. No nosso entender, no país essa lógica econômica esteve em equilíbrio com as necessidades sociais. No campo social criou-se melhores condições de vida para as populações, ampliando as redes de esgoto, de telefone, de água, de luz e outros serviços básicos foram contemplados.

Com o regime democrático, o ensino básico obrigatório passou de quatro para seis anos, apesar de ainda existir carência de professores formados, há escolas de formação de professores do ensino fundamental, nos três principais centros urbanos – Praia<sup>9</sup>, Mindelo<sup>10</sup> e Assomada<sup>11</sup>; as escolas secundárias multiplicaram-se em todo o país; a nível superior existe quatro institutos superiores, uma universidade privada – Universidade Jean Piaget de Cabo Verde e em 2003 o governo criou a Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde<sup>12</sup>. O governo de Cabo Verde prevê vários investimentos nas áreas da saúde, segurança, educação, transportes e comunicações (Orçamento de Estado, 2005: 3 – 31)

### **2.3 Sistema de governo**

Em Cabo Verde, o sistema de governo é parlamentarista, em que o primeiro-ministro e o seu executivo dependem da confiança da legislatura e podem ser demitidos do cargo pela “não aprovação de uma moção de confiança” e “a aprovação de duas moções de censura na mesma legislatura”<sup>13</sup>. O primeiro-ministro exerce as funções de chefe de governo e detém a maioria dos poderes executivos, juntamente com os demais ministros e secretários de estado. Já o presidente é um chefe de Estado, sem funções executivas e é para garantir a unidade do país e supervisionar o cumprimento da Constituição e dos tratados internacionais.

---

<sup>9</sup> Praia é a Capital de Cabo Verde e fica na Ilha de Santiago.

<sup>10</sup> Mindelo é a segunda cidade de Cabo Verde e fica na ilha de São Vicente.

<sup>11</sup> Assomada, cidade do município de Santa Catarina, elevada a essa categoria em 2001 e fica no interior da ilha de Santiago.

<sup>12</sup> De acordo com dados oficiais os alunos de Cabo Verde que frequentam estabelecimentos de ensino superior no exterior são 3.000. (Revista Ilhas, 2004: 59)

<sup>13</sup> Alíneas e e f do artigo 201º da Constituição de Cabo Verde, 1999.

Entretanto, para a definição do sistema de governo em Cabo Verde, os dois maiores partidos nunca chegaram a um consenso. Segundo Costa (2001), logo após as eleições de 1991, um dos pontos de discórdia entre os dois principais partidos na questão constitucional foi o sistema de governo que o país iria adotar principalmente os poderes a serem atribuídos ao Presidente da República no sistema. O PAICV optou pelo *semipresidencialismo* e o MPD pelo *parlamentarismo mitigado*. De acordo com Costa (2001), no sistema de governo *semipresidencialista* a Constituição deve estabelecer um presidente da República eleito pelo voto popular para um mandato fixo e dividir o poder executivo com o primeiro ministro, que é responsável perante o parlamento.

Segundo Cardoso (1993), o parlamentarismo mitigado defendido pelo MPD é justificado, porque, o presidente da República, mesmo eleito por sufrágio universal, direto e secreto, atua como um “moderador do sistema”, ele não pode dirigir o parlamento, pelo fato de o parlamento ser visto como centro vital do mecanismo institucional. De acordo com o autor, o MPD, ao propor o sistema de governo estava preocupado com o equilíbrio entre os órgãos de soberania, um equilíbrio que não paralisava a ação governativa ou tornasse o sistema de governo a prazo. O parlamentarismo mitigado sustentado pelo MPD visava evitar consequências catastróficas para o país como a desestabilidade política.

Ora bem, para Costa (2001), o modelo de sistema preservado pelo MPD, o chefe de Estado é simbólico e não há equilíbrio, pois o sistema favorece mais o governo e menos ao presidente da República. O autor considera a expressão “parlamentarismo mitigado” equivocada, porque não existe em termos acadêmicos, um modelo-conceitual de sistema de governo que se encaixa ou corresponda ao termo. O uso de “parlamentarismo mitigado” poderá ser entendido como um meio de diminuir a importância política do presidente da República dentro do sistema de governo, por isso, se destaca a vertente parlamentarista.

No nosso entender, em Cabo Verde, não se adotou o sistema de governo presidencialista devido os exemplos de regimes presidencialistas africanos que se tornaram regimes ditatoriais baseados na figura de líderes carismáticos. Também, às circunstâncias em que a abertura e a transição política se deram tenham impulsionado os dirigentes cabo-verdianos a adotarem o sistema parlamentarista como forma de governo. E de fato, no país, o governo e o parlamento são o centro do processo político.

O quadro abaixo mostra a composição do parlamento cabo-verdiano desde as primeiras eleições livres e democráticas de 1991 até as de 2001.

**Quadro 1: Eleitos por partido nas Legislativas de 1991, 1995 e 2001 – Cabo Verde**

Partidos	1991	1995	2001
MPD	56	50	30
PAICV	23	21	40
PCD	---	1	1
PTS	---	---	1
PRD	---	---	---
PSD	---	---	---
UCID	---	---	---

*Fonte:* Comissão Nacional de Eleições

## 2.4 Formação de partidos políticos

Como foi referido anteriormente, no regime de partido único era proibido por lei a formação de partidos políticos. No entanto, antes desse regime, ainda no período colonial, dia 19 de setembro de 1956, na Guiné-Bissau, clandestinamente foi fundado o PAIGC pelos cabo-verdianos Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio Almeida e pelos guineenses Amílcar Cabral, Luís Cabral e Elysee Turpin. No início era designado de Partido Africano da Independência e União dos Povos da Guiné e Cabo Verde, tendo o P.A.I.<sup>14</sup> sido adotado como sigla e “Unidade e Luta” como lema.

A independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde foi conseguido e a união dos dois países durou até 1981, quando o PAIGC transformou em PAICV,

<sup>14</sup> A sigla PAI coincidia com um partido no Senegal, por isso, passou a ser PAIGC de modo a não criar crispação política entre os presidentes do Senegal, Senghor e da Guiné – Conacry, Sékou Touré. Pois, no Senegal havia um partido criado em 1957, oposição de Senghor, que tinha o mesmo nome. Para o presidente senegalês o ramo do PAI guineense-cabo-verdiano poderia ser uma célula do PAI do Senegal.

na sequência do golpe militar dado na Guiné pelo João Bernardo Nino Vieira<sup>15</sup>. Durante a década de 80 o PAICV tinha uma orientação política de socialista, depois e já no regime democrático passou a ser social democrata. De acordo com Lopes (2002), apesar da luta pela independência de Cabo Verde ser um consenso no seio dos cabo-verdianos, a unidade Guiné/Cabo Verde defendida por Amílcar Cabral<sup>16</sup> não conseguiu a coesão do partido. Os opositores à unidade dos dois países criaram em 1959, em Rhod Island, a UPICV - União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde. Segundo Costa (2001), esse partido desaparece da cena política logo após a independência, quando o PAIGC se autodeclara como o único partido em Cabo Verde.

Entretanto, em 1978, três anos depois da independência surge na comunidade cabo-verdiana emigrada em Roterdão, Holanda, a UCID – União Cabo-verdiana Independente e Democrática. Definindo-se como um partido democrata-cristão, a UCID que era contra a unidade com a Guiné-Bissau, destacou no seu programa uma “democracia popular”, que passava pelo estabelecimento de um sistema pluripartidário com eleições livres, reconhecimento da liberdade de expressão, do direito à crítica e à liberdade política, religiosa e sindical. A UCID se fixou em boa parte da comunidade emigrada na Europa, mas não conseguiu ter expressão em Cabo Verde.

Com abertura democrática, reapareceram vários grupos e organizações políticas, mas também apareceram outras novas. Segundo Costa (2001), entre os ressurgidos estão a União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde, acrescido da letra R de Renovada (UPICV –R) que tinha sido banida pelo PAIGC em 1975 e a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID). A UCID tinha muita simpatia em Cabo Verde, apesar de não ter uma base alargada no país. Por isso, não conseguiu se organizar para legalizar a tempo de participar das primeiras eleições livres e democráticas, nem a UPICV – R. Surge como verdadeira alternativa ao PAICV, o Movimento para a Democracia (MPD), um movimento

---

<sup>15</sup> Depois do golpe de Estado Nino Vieira dirigiu a Guiné-Bissau até 1998, quando foi deposto por um golpe de Estado dado pelo Chefe de Estado das forças armadas da Guiné, Assuman Mané e teve a consequência numa guerra civil na Guiné-Bissau. Depois disso, Nino Vieira esteve exilado em Portugal até este ano. Regressou a Guiné - Bissau concorreu para as eleições presidências e venceu.

<sup>16</sup> O primeiro presidente do PAIGC e líder da independência da Guiné Bissau e Cabo Verde assassinado em Conacry, em 20 de janeiro de 1973.

sem uma definição ideológica que tinha no seu seio as mais diversas camadas sociais, conseguiu reunir as condições legais para entrar na disputa eleitoral com o PAICV a 13 de janeiro de 1991.

O não posicionamento claro do MPD, quanto a sua ideologia na década de 90 é tido por muitos especialistas cabo-verdianos como a causa das duas cisões ocorridas nesse partido. Em 1993, surgem divergências quanto ao programa político do MPD e o partido se divide em dois grupos, um liderado pelo então Primeiro-Ministro Carlos Veiga, que era líder do partido, e um outro liderado pelo Ministro da Justiça, Eurico Monteiro.

Os integrantes da facção dirigida por Eurico Monteiro afirmavam que o partido estava a se afastar dos pontos principais do seu programa original, que eram os aspectos sociais. Segundo Évora (2004), a maior crítica desse grupo tinha a ver com as possíveis consequências sociais que poderiam surgir com o programa de privatizações iniciado pelo governo. O então primeiro-ministro, Carlos Veiga demitiu do governo três integrantes do grupo que se opunha ao processo de privatizações, entre os quais, Eurico Monteiro. A disputa no MPD ficou mais acentuada, o que viria a ser resolvida durante a III Convenção do partido em fevereiro de 1994.

O grupo liderado por Eurico Monteiro almejava a mudança da liderança do MPD. Na III Convenção desse partido, era a Chapa 2, que concorria com o nome “Mudar para Vencer” e queria um programa voltado para as questões sociais. A Chapa 1, encabeçada por Carlos Veiga, candidatou-se sob o título de “Compromisso com Cabo Verde” e tinha por objetivo continuar com a política de reformas econômicas no país. Entretanto, o candidato da Chapa 2 desistiu da disputa para a liderança do partido e meses mais tarde, Eurico Monteiro, formou o Partido da Convergência Democrática (PCD).

O PCD surgiu com muita força e, na campanha para as eleições legislativas de 1995 mobilizou muitas pessoas, os comícios desse partido eram, segundo a imprensa da época, o mais concorrido. Porém, à semelhança da UCID, esse partido não conseguiu traduzir a simpatia dos eleitores em muitos votos, tendo conseguido eleger um único deputado na capital do país. De acordo,

com analistas políticos, o PCD era o seu líder. Eurico Monteiro conseguia cativar a população para ir aos comícios, mas não para votar no partido.

Porém, antes da cisão no MPD, um ano depois das primeiras eleições livres e democráticas em Cabo Verde, nasce o Partido Social – Democrata (PSD) fruto de uma cisão no seio da UCID. O PSD participou das eleições legislativas de 1995 e não conseguiu eleger nenhum deputado. Esse partido não tem muita expressão no país, pois se reorganiza em época de eleições para criticar os outros partidos da oposição ou o governo<sup>17</sup>.

O processo das privatizações em Cabo Verde e a confusão ideológica do MPD, pelo menos até 1999, causaram a esse partido um segundo racha. Alguns deputados e ex-ministros do governo MPD apontaram algumas irregularidades no processo da privatização da empresa nacional de combustível, Enacol. Com a nova crise interna, o MPD afastou os ministros do governo e os deputados foram expulsões do partido. Por causa dessa segunda cisão, um novo partido foi criado pelo grupo mais à esquerda do MPD, surgiu o Partido da Renovação Democrática (PRD).

A semelhança do PCD, nos primeiros anos o PRD foi confundido com o seu principal líder – Jacinto Santos<sup>18</sup> que dirigiu esse partido por dois anos. Com a derrota do partido nas eleições legislativas de 2001, Jacinto Santos abandona a presidência do partido e a vida política ativa. Atualmente, o PRD vive uma crise de liderança tendo um presidente interino e sem expressão. Mesmo na Capital do país, onde Santos tinha uma base eleitoral forte não conseguiu se estabelecer como uma das principais forças políticas.

A Norte do país, na ilha de São Vicente surgiu nos finais da década de 90, o PTS – Partido do Trabalho e da Solidariedade dirigido por Onésimo Silveira<sup>19</sup>. O PTS faz parte dos partidos nanicos em Cabo Verde, nas últimas

---

<sup>17</sup> Em maio de 2004, o presidente do PSD, João Além, depois de 4 anos sem dar qualquer entrevista, deu uma coletiva de imprensa onde afirmou que a democracia cabo-verdiana é uma democracia feudalismo. Vide em [www.inforpress.cv](http://www.inforpress.cv)

<sup>18</sup> Jacinto Santos foi um dos fundadores do MPD, tendo dirigido a Câmara Municipal da Praia (Capital de Cabo Verde) por dois mandatos de 1991 – 2000.

<sup>19</sup> Onésimo Silveira foi um dos principais opositores do regime de partido único. Dirigiu como independente a Câmara Municipal de São Vicente por três mandatos. Atualmente é embaixador de Cabo Verde em Portugal.

eleições legislativas elegeu na coligação ADM<sup>20</sup>, um deputado para a Assembléia Nacional. Como os pequenos partidos no país, o PTS viveu uma crise de liderança quando Onésimo Silveira aproximou do PAICV apoiando o candidato desse partido nas eleições municipais de 2004. No estudo de caso onde avaliaremos com profundidade as eleições municipais abordaremos esse assunto.

De acordo com os resultados das três eleições legislativas realizadas em Cabo Verde o grau de proporcionalidade de cada partido aparece da seguinte forma:

**Quadro 2: Percentual de voto por Partido nas Eleições Legislativas em Cabo Verde -1991/1995/ 2001-**

<i>Partidos</i>	<i>1991</i>	<i>1995</i>	<i>2001</i>
MPD	66,5	61,3	39,19
PAICV	33,5	29,8	47,84
PRD	----	----	3,26
PSD	----	0,7	0,44
PCD*	----	6,7	-----
PTS*	----	----	----
UCID*	----	1,6	----
ADM	----	----	5,91

**Fonte:** Comissão Nacional de Eleições

\*Esses partidos se coligaram nas eleições de 2001 adotaram como sigla a ADM.

Com o resultado das três eleições legislativas pode-se confirmar que em Cabo Verde há duas forças políticas com maior expressividade – MPD e PAICV. O MPD foi o “partido dominante” durante duas legislaturas consecutivas e o PAICV, desde 2001 é o partido que controla a aparelho do Estado.

---

<sup>20</sup> ADM – Aliança Democrática para a Mudança – Coligação dos partidos PCD, UCID e PTS que concorreu nas eleições legislativas de 2001.

A tabela a seguir espelha a orientação política dos partidos do arquipélago cabo-verdiano.

**Quadro 3: Partidos políticos atualmente ativos na política de Cabo Verde**

Partido	Sigla	Orientação Política	Data da Fundação
Movimento para a Democracia	MPD	Democrata cristã	1990
Partido Africano para a Independência de Cabo Verde	PAICV	Antes socialista hoje social-democrata.	1956, fundado com o nome de PAIGC.
Partido da Convergência Democrática	PCD	Popular democrata	1994
Partido da Renovação Democrática	PRD	Socialista	1999
Partido Social Democrata	PSD	Socialista	1992
Partido do Trabalho e da Solidariedade	PTS	Social-democrata	1998
União Cabo-verdiana Independente e Democrática	UCID	Liberal, de inspiração cristã	1978

*Fonte:* documentos partidos políticos, 2005.

## 2.5 Relação entre os Partidos Políticos e a Sociedade Civil

Os partidos políticos surgem como órgão de intervenção entre a sociedade e o Estado, a partir do momento em que se admite uma participação da sociedade nas decisões do Estado. Segundo Fonseca (1999), na falta de variedade de opções e de interesses sociais e a necessidade de unidade de decisão e ação do Estado, o partido político nasce como uma resposta, fazendo as vezes de elo de ligação no processo de formação da vontade política da comunidade. Ou seja, os partidos aparecem como executores da função de representação da vontade política da comunidade e de participantes no exercício do poder político.

A verdade é que, em Cabo Verde o partido que dirigiu o Estado durante os quinze anos, logo após o país se tornar independente de Portugal, adotou um modelo paternalista, os órgãos do partido ocuparam quase todo o território da sociedade civil, controlando sindicatos, associações profissionais e empresariais, organizações de raiz popular, clubes e organismos das elites urbanas. Outras vezes, patrocinava o seu



aparecimento, diretamente ou indiretamente. Nesse caso, o partido passou de mediador entre a sociedade civil e o Estado para ser quase órgão do Estado.

Entretanto, ao longo dos anos a sociedade civil em Cabo Verde tem se organizado de uma forma tímida, criando associações comunitárias, juvenis e esportivas e de maneira esporádica participa de protestos. Apesar de muitas vezes esse ser uma maneira dos partidos políticos se aproximarem das comunidades financiando os projetos das associações civis<sup>21</sup>. De acordo com Fonseca (1999) a rotina de dependência face ao Estado não permite o aparecimento de uma sociedade civil capaz de funcionar como instância crítica e de controlo face a eventuais excessos do poder.

Conforme estudos publicados este ano, poucos cabo-verdianos são membros, ativos ou não, de grupos como sindicatos, associações profissionais e associações de desenvolvimento comunitário. Segundo *Afrobarometer*<sup>22</sup>, comparativamente a 2002, assiste-se a um decréscimo de participação nos sindicatos e nas associações profissionais de 14% para 11% e de 10% para 9%, respectivamente. Quanto à proporção dos que participam nas associações de desenvolvimento comunitário manteve-se inalterável, ou seja, a 16%. Aqui se registra um nível de participação maior comparativamente à participação sindical e nas associações profissionais, o que demonstra que os cabo-verdianos estão dispostos a participar mais nas organizações que exigem menos exercício ativo de cidadania e contestações políticas. Ainda, segundo os dados do *Afrobarometer*, as pessoas em Cabo Verde delegam o exercício da cidadania aos partidos políticos, a proporção dos que se sentem próximos aos partidos aumentou de 48% em 2002 para 52% em 2005.

No nosso entender, as pessoas delegam o exercício da cidadania política aos partidos políticos e a sociedade civil em Cabo Verde tem uma fraca capacidade de crítica e de fiscalização. No entanto, se a sociedade abrir, poderá se transformar numa instância permanente de produção de fluxos de idéias, de propostas e de liberdade. Ocupando assim a sua função de enraizar a democracia e de afirmação da cidadania.

---

<sup>21</sup> Em entrevista ao programa Monte Cara da rádio-web, Ecomídia, o presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, Orlando Delgado criticou o partido no poder em Cabo Verde, por estar a financiar projetos de associações comunitárias no seu município. Delgado que é de oposição, afirma que dessa forma se cria uma autarquia paralela desafiando fundos que deveria ser do município para as associações.

<sup>22</sup> Empresa que mede atitudes em relação à qualidade da democracia em Cabo Verde. Vide em [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org)

### 3- MÍDIA EM CABO VERDE

Neste capítulo, iremos descrever a imprensa em Cabo Verde desde o seu surgimento aos dias de hoje. No primeiro item, período colonial, abordaremos a introdução da máquina de impressão, o surgimento dos jornais privados e a reação dessa imprensa com a metrópole. Falaremos também do impacto da censura prévia imposta nas ilhas pela ditadura salazarista. No segundo ponto - o regime de partido único - instalado no país logo após a independência. Como esse regime se relaciona com o jornal da Igreja Católica e de que maneira vai controlar a informação e acabar com a imprensa privada. E o surgimento da televisão em Cabo Verde. No último ponto, abordaremos a democratização da informação no país com o surgimento de novas rádios, jornais, internet, agências de notícias e a permissão de emissões de televisões e rádios estrangeiras no país. E como mudou a informação em Cabo Verde.

#### 3.1 – Período colonial

Como nas diferentes colônias de Portugal, Cabo Verde teve a sua primeira máquina de impressão no final do século XIX, quando o Governo português determina, pelo decreto de 7 de Dezembro de 1836, que em todas as colônias se passasse a imprimir um boletim que teria como redator o secretário do Governo de cada província ultramarina. Segundo Pereira (2003), a primeira máquina de impressão chegou a Cabo Verde em 1842.

Essa publicação periódica, determinada pela metrópole designada de *Boletim Oficial* seria para dar a conhecer a produção legislativa do Estado, a divulgação de concursos a lugares públicos, os seus atos notariais, ou seja, servia de meio de propaganda da administração pública. Entretanto, por ser o único periódico da colônia, o *Boletim* não se limitava só ao fim a que estava destinado. Tinha duas partes, uma oficial e outra não oficial que publicava os diversos tipos de produções literárias, monografias, artigos de opinião e poesias. De acordo com Pereira (2003), no *Boletim*, se conciliava as necessidades do Estado e as da sociedade. Pois, nos primeiros anos da sua publicação, o *Boletim Oficial* serviu tanto no plano social como no político. O autor cita o exemplo da polémica criada em torno da mudança da capital da província de Santiago

para a então recém-criada vila do Mindelo. A mudança não se concretizou devido à falta de água na ilha de São Vicente.

Entretanto, como se poderia esperar a instalação da imprensa em Cabo Verde não implica de imediato o aparecimento de publicações periódicas. O *Boletim Oficial*, por muitas décadas, foi o único órgão de informação existente na província. Esse periódico não satisfazia por completo as elites com vocação literária, por isso e na sequência da publicação da lei de liberdade de imprensa de 17 de maio de 1866, surge na década de setenta o primeiro jornal privado das ilhas com o título de *O Independente*. O jornal foi fundado por dois jovens da elite literária, um bibliotecário da Biblioteca Pública da Praia e por um funcionário público, formado no Seminário-Liceu de São Nicolau<sup>23</sup>. O periódico adotou como o ideário da intervenção pública e de crítica em relação aos desmandos da administração pública.

O aparecimento, na Praia, de *O Independente* desencadeia um ciclo de publicações periódicas em Cabo Verde. Assim, surge *O Correio de Cabo Verde* (1879), *O Eco de Cabo Verde* (1880), *A Imprensa*, *A Justiça* (1880 – 1881), entre outras. Todos os jornais privados tinham um caráter reivindicativo. No entanto, os periódicos nasciam e desapareciam com muita facilidade.

Durante alguns anos, Cabo Verde permaneceu sem jornais privados, o que impossibilitou a publicação das idéias da sociedade intelectual emergida com o nascimento dos periódicos. As idéias dos movimentos de contestação da província foram levadas à metrópole por setores reformistas e republicanos que as publicavam nos jornais em Portugal. Com a visibilidade que a classe intelectual cabo-verdiana ganhou junto da dos poderes políticos centrais, o rei proibiu de circular toda imprensa privada em Cabo Verde.

Contudo, em 1899 passou a existir, em Mindelo, ilha de São Vicente, *A Revista de Cabo Verde* que assumiu uma postura fortemente crítica da Administração colonial, denunciada permanentemente de desleixo e desmazelo diante a ameaça do declínio do Porto Grande<sup>24</sup> e da ocorrência de mais uma fome<sup>25</sup>. *A Revista de Cabo Verde* publicou

---

<sup>23</sup>O Seminário-Liceu de São Nicolau foi o primeiro centro de formação dos primeiros intelectuais de Cabo Verde.

<sup>24</sup> Desde o período colonial o Porto Grande de São Vicente é considerado um dos maiores portos da África Ocidental. Recebe centenas de navios anualmente.

<sup>25</sup> Cabo Verde é um país que sofre com a falta de chuva, por isso, no período colonial viveu três situações de fome e que morreram muitas pessoas.

vários manifestos reivindicativos da sociedade cabo-verdiana e denunciou a desigualdade de direitos entre funcionários públicos coloniais e cabo-verdianos, o subdesenvolvimento e o não desenvolvimento da instrução pública.

Assim como *O Independente*, *A Revista de Cabo Verde* despertou a atividade editorial no arquipélago, concretamente em Mindelo, onde nasce *A Liberdade*, *A Opinião* e *O Espectro*. Porém, com a fome de 1903-1905 e os anos finais da monarquia constitucional os periódicos desaparecem.

De acordo com Pereira (2003), quando surgiu a república, Cabo Verde viveu uma nova fase na imprensa local. Na Praia, dois republicanos convictos fundaram, em março de 1911, o jornal *A Voz de Cabo Verde*. Esse jornal se destacou pelo caráter popular e pela abertura de espaço para os leitores exprimirem suas opiniões. Também, denunciou as causas da fome de 1903 – 1905, a emigração de mão de obra barata para São Tomé e as várias injustiças contra o povo trabalhador.

*A Voz de Cabo Verde*, considerado o jornal mais crítico desse período foi o que teve maior durabilidade, ou seja, de 1911 a 1919. *A Voz*, como era conhecido, acabou por divergência dos republicanos que o dirigia.

Entretanto, em 1912, na Praia ressurgiu *O Independente*, jornal quinzenário que não era tão próximo ao governador como *A Voz*. Esse jornal atacou as dívidas da província para com a banca e a luta pela concessão de licença das companhias de carvão para funcionar em São Vicente<sup>26</sup>.

O novo regime levou a Cabo Verde uma certa liberdade, o que possibilitou o surgimento de mais jornais. Conforme Pereira (2003), a sociedade estava ansiosa em opinar sobre as decisões políticas relativas ao futuro da região. Nessa condição, surgiu, em julho de 1912, na Praia um novo jornal com o título de *O Progresso*. Esse jornal foi menos radical do que *O Independente* e *A Voz*. *O Progresso* passou a elogiar a emigração dos cabo-verdianos para os Estados Unidos e Argentina e os privilégios dados aos metropolitanos no acesso aos cargos públicos em Cabo Verde.

Anos mais tarde apareceu em São Vicente, *O Mindelense*, um jornal que defendia os ideais dos intelectuais sãovicentinos e os trabalhadores das companhias

---

<sup>26</sup> São Vicente foi a única ilha em Cabo Verde que teve companhias carvoeiras inglesas a laborar. Ainda hoje se pode ver a marca dessas companhias na avenida marginal da cidade do Mindelo e a presença inglesa é bastante forte na ilha.

carvoeiras inglesas a operar na ilha. Também, na Praia surgiu o quinzenário *O Caboverdiano* favorecendo claramente os interesses dos comerciantes.

Cabo Verde viveu até finais da década de vinte um momento arrebatador na imprensa. Os jornais massificaram nas outras ilhas deixando, assim, de ser privilégio exclusivo dos centros urbanos. Nesse sentido, as ilhas que se destacaram pela publicação de períodos foram a Brava e o Fogo, com *A Tribuna* e *A Defesa*, respectivamente. Nesse período foram publicados vários livros de escritores cabo-verdianos.

O declínio da imprensa em Cabo Verde se deu em 1930, em razão da publicação do *Acto Colonial* e da instituição da censura prévia por Salazar. Porém, nesse período ressurgiu *O Eco de Cabo Verde* e nasceu *Notícias de Cabo Verde*. Os dois jornais não adotaram um discurso diretamente crítico e reivindicativo como os seus antecessores.

Durante a censura imposta pela ditadura salazarista foi proibida a aquisição de períodos estrangeiros. Os jornais não podiam ter artigos contra o regime, pois a censura atuava logo, e os seus redatores eram presos. Segundo Mosso (2002), no período da censura prévia desapareceram alguns dos mais brilhantes nomes do jornalismo cabo-verdiano e com o medo da prisão, vários intelectuais saíram de Cabo Verde.

No entanto, no ambiente da censura nasceu a moderna literatura cabo-verdiana com a criação da revista *Claridade*, em 1936 no Mindelo. A revista sempre foi editada sem problemas, a mensagem contra o regime era passada nas entre linhas.

Por outro lado, nove anos depois, o arquipélago teve a sua primeira experiência radiofônica, quando o técnico Tomás Dias, na cidade da Praia, adquiriu um emissor de ondas curtas e passou a relatar as atividades do cotidiano praense. Em 1946 nasce em São Vicente, a primeira rádio da ilha chamada de *Rádio Clube do Mindelo*, que em 1955 se transformou na *Rádio Barlavento*, cobrindo a parte norte do país.

Contudo, nos finais dos anos quarenta, o governo português instalou na então província, a *Rádio Clube de Cabo Verde*. Essa emissora serviu para passar a imagem da ditadura salazarista e muitas músicas de Cabo Verde foram proibidas. Mas, a *Rádio de Barlavento*, que tinha por objetivo servir a comunidade numa perspectiva de elevação e preservação dos valores morais e culturais, desafiava o regime. Apesar do clima de repressão que se viveu até a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, Santos

Nascimento (2005) afirma que a emissora privada contribuiu para a difusão da cultura, para além da formação cívica e política das ilhas de Barlavento.

A nove de dezembro de 1974, a *Rádio de Barlavento* foi assaltada por militantes do PAIGC que a transformou em *Rádio Voz de São Vicente*. Essa ação liderada pela militante do partido anti-colonialismo, Elisa Andrade ficou conhecida como “Tomada da Rádio de Barlavento”.

No período que se segue, até a proclamação da independência de Cabo Verde, na então província, funcionava *O Arquipélago* do governo colonial e surgiram alguns jornais que se posicionaram contra a colonização, como o *Terra Nova* dos Irmãos Capuchinhos de Cabo Verde. Esse periódico da igreja católica definia-se como “órgão cristão cabo-verdiano de formação e informação” e teve a distinção de ser a única publicação jornalística privada fundada antes da independência.

### **3.2 - A imprensa no regime de partido único**

Com a proclamação da independência esperava-se uma imprensa pluralista, visto que o PAIGC assumiu o país e anunciou que Cabo Verde estava livre e independente. Essa liberdade se sentiu só em relação ao domínio português, porque ao assumir o poder o partido de Amílcar Cabral passou a controlar os meios de comunicação social.

O regime de partido único não deu nenhuma possibilidade de existir no país uma imprensa livre. O partido silencia a imprensa privada que nascia esporadicamente, mantendo assim o monopólio estatal. A condição económica política e financeira de Cabo Verde deixada pelos portugueses não permitiu a existência de outros jornais. Na visão de Cardoso (1993) a forma como o PAIGC começou a dirigir o país, monopolizando tudo, também influenciou o não surgimento de outras mídias.

Em 1985, os estúdios do Sal que antes era *Retransmissora do Sal* e a *Rádio Voz de São Vicente* e a *Rádio Clube de Cabo Verde*, o governo de partido único as transformou numa só, nascendo assim a *Rádio Nacional de Cabo Verde*. De acordo com Santos Nascimento (2005), a oposição era reduzida a uma pequena elite, por isso, tudo se passou sem grandes confusões. Muitos programas que davam vozes a população foram suspensos pelo partido. Desse modo o regime controlava o que seria transmitida nesses órgãos de comunicação.

Entretanto, em nome da liberdade religiosa continuou a funcionar o jornal *Terra Nova*. Inicialmente deixou-se envolver muito pelos ideais da independência e contribuiu para que muitos descrentes passassem a acreditar na viabilidade de Cabo Verde como país independente. Segundo Barros (2005), com o tempo, *Terra Nova* foi tomando as suas distâncias em relação aos que tinham lutado pela independência, porque uma vez no poder esqueceram-se de que tinham lutado também pela liberdade.

O *Terra Nova* passou a ser a voz anti-partido único, utilizado por opositores do regime como porta voz das suas reivindicações. O PAIGC/ PAICV ameaçou destruir o jornal, mas nunca o fez. O partido tolerou essa publicação em nome da liberdade religiosa, pois o regime não queria hostilizar os crentes e criar problemas com a igreja católica. Cabo Verde, por ser uma ex - colônia portuguesa a maioria da sua população é católica.

A influência do partido nos órgãos de comunicação social foi visível em vários artigos publicados pelo jornal estatal, *Voz di Povo*, fundado pelo regime. Segundo Cardoso (1993), esse controle do partido sobre a comunicação social foi várias vezes apontado pelos documentos do PAIGC/ PAICV e pelos seus dirigentes. Como se encontra explicito no Relatório do III Congresso do PAIGC, em 1977, que recomendava fazer dos meios de comunicação social não só instrumentos de divulgação ideológica, mas autênticos meios de educação cultural das massas.

O PAIGC defendia a necessidade de integração dos departamentos de Informação numa única estrutura sob domínio do partido, justificando que a informação teria de estar a serviço da agremiação e que o “trabalho da informação” é uma atividade de veiculação de ideologia. De acordo com Cardoso (1993), citando uma declaração do então primeiro-ministro, Pedro Pires, numa edição do jornal *Voz di Povo*, que justificava o porquê que o controlo fundamental da informação e dos órgãos de comunicação social teria de ser feita pelo partido.

“o jornal, se tem alguma função, é a de ajudar o Governo de Cabo Verde, ajudando, os nossos compatriotas a compreender melhor os nossos problemas, as nossas dificuldades, o que vai pelo mundo e valor das nossas decisões. Se não formos capazes disso, não valerá a pena informar, porque o jornal será um jornal estrangeiro. (...) a informação não deve ser inocente, quer dizer apartidária, não tomar nenhuma posição, não ter nenhum objectivo”( Cardoso, 1993, 203)

A tutela da comunicação social, em 1981, passou a dependência direta do primeiro-ministro com a criação da Secretaria de Estado de Comunicação Social que nomeava os militantes do partido para dirigir a rádio e o jornal. O Conselho Nacional (CN) do PAICV recomendou que no âmbito do trabalho ideológico se adotasse de forma clara o acompanhamento da ação ideológica e criou o Conselho Nacional de Informação, CNI.

O Conselho Nacional de Informação (CNI), segundo Cardoso (1993), era um órgão auxiliar do Conselho Nacional do PAICV, da Comissão Política e do Secretariado e funcionava sob a orientação e dependência da Comissão Política. De acordo com o autor, o regulamento da CNI foi publicado no *Voz di Povo* de 29/09/84, onde se apresentava a composição, competências e ação desse órgão:

“Artigo 2º - O CNI tem a seguinte composição:

- Secretário da CN que atende o Departamento – da Informação e Propaganda – que preside;
- Ministro da Educação
- Secretário de Estado da Comunicação Social
- Responsáveis nacionais da Informação da JAAC-CV, UNTC-CS, OM-CV
- Directores de departamento do secretariado do CN de Informação e Propaganda, Formação e “Unidade e Luta”
- Directores de Voz di Povo, Rádio Nacional e TVEC.

Artigo 5º - Ao CNI compete especialmente:

(...)

C) Promover o reforço de divulgação da ideologia e da política do Partido em todos os meios de informação. Os documentos e decisões do Partido são de divulgação obrigatória para todos os meios nacionais de informação.

(...)

F) Definir critérios para a afectação de pessoal para a produção nos órgãos de informação.

g) Promover, através dos organismos competentes do Partido, a formação ideológica dos candidatos ou quadros de informação, em particular dos que se destinam a trabalhar ou que já trabalham na produção de material de informação, e apreciar os programas de formação profissional dos mesmos candidatos e quadros.

Artigo 6º - O CNI deve articular a sua acção com a dos diversos organismos intervenientes na respectiva. Para isso, o CNI tem o direito de requisitar e obter, dos mesmos organismos, quaisquer informações e dados em matéria das suas atribuições, assim como qualquer colaboração necessária ao bom desempenho das suas tarefas”. (Cardoso, 1993, 204)



Em 1985, foi criado o Ministério de Informação, Cultura e Desportos. O progresso aparente da autonomia da informação, em termos de departamentos governamentais, não teve contrapartida em relação a atuação independente e equilibrada nos meios de comunicação. O governo quando pretendeu criar a televisão em Cabo Verde proibiu as transmissões de televisões que foram instalados no país por emigrantes cabo-verdianos e comerciantes. Essas emissões de TVs “piratas” aconteciam em São Vicente e na cidade da Praia e transmitiam, essencialmente, futebol português e telenovelas brasileiras.

A *Televisão Experimental de Cabo Verde* (TVEC) foi instalada, em 1986. Essa TV que no início tinha uma emissão de quarto horas por dia, de terça a domingo, serviu também, para propagar as idéias do regime de partido único. A emissão iniciava às 19 horas com desenhos animados e terminava com alguma série internacional, ou com música seguida do hino nacional. O noticiário, exibido às 20 horas, era dominado pelas atividades do dia-a-dia das duas principais figuras do país, o Presidente da República e o Primeiro-Ministro.

A igreja católica que tinha uma certa credibilidade junto ao PAICV, tentou abrir uma rádio, mas o partido não permitiu. O regime não viu com bons olhos tal intento, visto que assim, poderia dar maior espaço de manobra aos seus opositores, que vinham a utilizar as páginas do jornal religioso *Terra Nova* para criticar o regime. A rádio da igreja católica veio a funcionar logo após a abertura democrática.

No regime de partido único o processo de produção e divulgação da informação sempre foi encaminhado numa perspectiva partidária. O controle da informação em Cabo Verde tão intenso verificado nesse regime, em que os jornalistas se tornaram transmissores da opinião oficial, vai deixar uma herança pesada como retrataremos na sequência, quando iremos abordar a democratização da mídia no arquipélago.

### **3.3 – A democratização da mídia.**

A mídia em Cabo Verde acompanhou a democratização do país, pois foi com o pluripartidarismo instalado em 1991, que a imprensa ganhou dinamismo e se expandiu. A liberdade de imprensa introduzida com a aprovação da nova Constituição, em 1992, garantiu a independência dos meios de comunicação social em relação ao poder político e econômico, acabando assim com a censura.

Em dezembro de 1992, a *Rádio Nacional de Cabo Verde* passou a ter uma concorrente com o aparecimento em São Vicente da primeira rádio privada do regime democrático, a *Rádio Nova* dos Irmãos Capuchinhos de Cabo Verde. Essa emissora que teve de esperar a nova fase do país para funcionar, começou com 13 horas de emissão por dia, atualmente a emissão é integral, possuindo relações de cooperação com a *BBC de Londres*, *Rádio Renascença* em Portugal e a *Rádio Vaticana*.

A *Rádio Nova*, por ser uma rádio de inspiração cristã, segundo Barros (2005), cultiva princípios éticos e morais, privilegia a formação integral do homem, prima pela objetividade informativa e as notícias religiosas tem o mesmo peso em relação as demais, ou seja, as informações de caris religioso não são relegadas para o fim dos noticiários. Essa rádio é apontada por ser próxima ao MPD, partido que governou Cabo Verde de 1991 a 2001<sup>27</sup>. Apesar disso, se define como a voz dos ouvintes, por ser a primeira a permitir que o público exprimisse as suas opiniões quanto aos problemas da sociedade, exercendo assim a cidadania.

Na seqüência, nasceu na cidade do Mindelo, em 1996, a *Rádio Morabeza* ligada a classe empresarial de São Vicente e que queria cobrir todo o país, como as Rádios Nova e Nacional, mas um erro de cálculo anulou tal intento, pois os donos da rádio adquiriram um Emissor de 1000 Wats para cobrir um território descontínuo de 4 033 km<sup>2</sup> como é Cabo Verde. Com isso e por várias divergências no grupo a *Rádio Morabeza* não vingou num primeiro momento, esteve fechada por alguns anos e voltou a funcionar no início de 2000, já com novos proprietários. Na nova fase assumiu como rádio local dos jovens de São Vicente, cobrindo também a cidade do Porto Novo, ilha de São Antão.

No entanto, a imprensa escrita acompanhou a mudança verificada com a rádio, o jornal *Voz di Povo* que era o oficioso do regime de partido único se transformou, em 1993, no *Novo Jornal de Cabo Verde*. Esse periódico saía duas vezes por semana e tinha uma edição especial aos sábados. O *Novo Jornal de Cabo Verde* foi mais democrático e diferente do seu antecessor teve como objetivo servir a sociedade, não o partido no poder. Mas, na prática esse jornal era a voz do governo, a maioria dos temas tratados eram informações oficiais e para a sociedade era destinada um pequeno espaço.

---

<sup>27</sup> Entrevista ao Jornal *Expresso das Ilhas* do Padre Fidalgo de Barros, em 17/12/2003, sobre os 11 anos da Rádio Nova.

Para concorrer com o *Novo Jornal de Cabo Verde* um grupo de profissionais saído do *Voz di Povo* fundou o *A Semana*. Esse periódico passou a ser crítico em relação as primeiras medidas adotadas pelo governo, exemplo disso foi o processo de privatizações. Passou a dar maior espaço para o partido da oposição que usava suas páginas para reivindicar mais espaço nos órgãos de comunicação estatais.

Entretanto, o jornal *A Semana* se tem destacado por adotar um jornalismo de denúncia. Os maiores casos de corrupção no país são divulgados por esse jornal, caso de esbanjamento do dinheiro público por um ex-embaixador de Cabo Verde; desvio nas Alfândegas e os erros nas privatizações das empresas públicas.

Contudo, o *A Semana*, nos últimos anos, tem se aproximado do atual partido no poder dando grandes destaques as obras desse governo, publicando grandes entrevistas com os governantes e nenhuma com os líderes dos partidos da oposição. A mudança desse periódico pode ser entendida como o objetivo de conseguir maiores receitas de publicidade com o governo. *A Semana* se destaca pelo dinamismo do jornalismo e por revolucionar a imprensa escrita com a diagramação e a introdução fotos a cores nas suas páginas.

Ao longo dos anos noventa, surgiram outros jornais próximos aos partidos políticos, *O País* (MPD) e *Correio Quinze* (PCD). *O País* foi autêntico panfleto de propaganda do então partido no poder e que enaltecia as realizações do governo. No nosso entender, o MPD teve de criar um jornal, porque *A Semana* e o maior partido da oposição da década (PAICV) afirmavam que o *Novo Jornal de Cabo Verde* era dominado pelo partido no poder. Para mostrar que esse controle não existia esse partido criou seu jornal para fazer frente ao *A Semana*. *O País* não durou muito tempo, logo após as segundas eleições legislativas no arquipélago o periódico desapareceu de circulação.

O *Correio Quinze*, dos decidentes do MPD teve o mesmo destino de *O País*, ou seja, uma passagem instantânea. O *Correio dos laranjas*<sup>28</sup> como foi denominado por alguns setores da sociedade era um jornal de oposição ao governo. Era publicado quinzenalmente e tratava só de temas partidários. Apesar, de por lei nenhum partido poder ter veículo próprio de comunicação, o PCD e o MPD já tiveram os seus jornais.

---

<sup>28</sup> O símbolo do Partido da Convergência Democrática (PCD) é uma laranja e a logomarca do jornal era de cor laranja.

A década de noventa é marcada pelo surgimento das rádios locais. Em 1997 surge na capital do país, a *Praia FM*, uma rádio voltada para a camada jovem e revolucionou a forma de fazer rádio em Cabo Verde. Adotou o crioulo como idioma de comunicação e conquistou o mercado publicitário. A *Praia FM* foi fundada por Giordano Custódio, um ex-jornalista da *Rádio Nacional de Cabo Verde*.

Mais tarde várias rádios seguiram a linha da *Praia FM*. Na ilha do Fogo, um emigrante cabo-verdiano nos Estados Unidos da América criou a *Mosteiros FM* que transmite para as ilhas do Fogo e de Santiago. Essa emissora é voltada para os jovens, mas também conquistou boa parte dos ouvintes adultos da *Rádio Nova* ao contratar alguns ex-colaboradores da emissora dos Irmãos Capuchinhos. A “briga” pela audiência é declarada entre essas duas rádios. Apesar de a *Rádio Nova* ser de um meio urbano e ter cariz nacional consegue penetrar nos meios rurais, como é caso da ilha do Fogo.

Ainda com relação a rádios locais, na Ilha de São Nicolau apareceu, em 1997, uma emissora local que transmite só música. A ilha de Santo Antão também, tem a sua emissora, *Rádio de Santo Antão* fundada pela iniciativa das três Câmaras Municipais da ilha e que é gerida pela Fundação Santo Antão<sup>29</sup>. Segundo Ferreira (2005), a *Rádio de Santo Antão* é a voz dos santantonenses e destina 60% de programação a música nacional com realce para a dos artistas de Santo Antão. Nessa ilha, apareceu recentemente uma rádio de uma associação do município do Paul voltada para o público feminino.

Em setembro de 1997 surge a *Rádio Comercial*, que inicialmente cobria as ilhas do sul, atualmente cobre também parte do norte do país. A *Rádio Comercial* do grupo *Multimedia SARL*, foi proibida de funcionar cinco meses depois, devido a uma questão de legislação. Entretanto, em dezembro de 1998 foi lhe concedido o alvará e a *Comercial* voltou a emitir oficialmente.

Em meados da década de noventa, a internet é instalada em Cabo Verde. Entretanto foi a partir de 2000 que os veículos de comunicação social se adaptaram ao novo meio passando assim a ter emissões de rádios e edições on-line dos jornais na rede mundial de computadores atingindo a comunidade de expatriados.

Em 1999, na ilha São Vicente, um grupo de empresários fundou um novo jornal denominado *O Cidadão*, que passou a ser a publicação do norte do país. Em dezembro

---

<sup>29</sup> Por lei, Câmaras Municipais não podem exercer atividade de radiodifusão. Decreto-Legislativo nº 10/93 de 29 de junho.

de 2001, o grupo *Media Comunicações, SA* criou o semanário *Expresso das Ilhas*. Esta publicação sediada na cidade da Praia, começou a atuar no domínio do jornalismo político.

*O Cidadão* destacava as notícias das ilhas de Barlavento, mas tinha circulação nacional. Em 2002, a direção do jornal transferiu a matriz para a capital do país, cidade da Praia, onde *O Cidadão* não se consolidou e extinguiu-se.

*O Expresso das ilhas* é o jornal próximo da oposição, atua como fiscalizador dos governantes, denunciando os deslizes destes. Esse semanário já teve para acabar três vezes por divergências entre os administradores, tendo mudado de diretor duas vezes. Nos quatro anos de existência, o *Expresso das ilhas*, foi o primeiro jornal a estar na internet. No primeiro momento as notícias da edição impressa eram publicadas no site, em 2005 a edição on-line passou a ser diário.

Na mídia estatal, as primeiras transformações aconteceram em 1997, quando o governo reestrutura a *Rádio Nacional* e a *Televisão Nacional*. A rádio e a televisão foram agregadas, criando a empresa *Rádiatelevisão Caboverdiana (RTC)*. E, no ano seguinte, o executivo cabo-verdiano extinguiu a *Editora de Cabo Verde S.A.R.L* com a fusão a agência de notícias *Cabopress* fundada em 1989 e o *Novo Jornal de Cabo Verde* constituindo assim a *Inforpress*. Com re-configuração da mídia estatal, o governo aposentou e demitiu vários profissionais.

A união da *Rádio Nacional* e da *Televisão Nacional* surtiu efeitos imediatos, o então Ministro das Comunicações, José António dos Reis investiu fortemente na televisão nacional contratando novos profissionais, formados no país e no exterior, e aumentou o salário dos trabalhadores. Entretanto, a rádio que sempre foi uma instituição estável, com a reestruturação a direção teve problemas com os jornalistas, estes reclamaram que estavam a ter tratamento desigual em relação aos confrades da televisão. Segundo Santos Nascimento (2005), até então os profissionais da rádio têm feito o mínimo e as chefias de informação e programação não têm conseguido trabalhar em equipe.

Por outro lado, a união da agência de notícias e o jornal tiveram efeitos práticos um ano após sua institucionalização. A agência de notícias *Cabopress* passou a ser denominada de *Inforpress*, nome da empresa que gere a agência e o *Novo Jornal de Cabo Verde* que foi publicado até março de 1998 ganhou o título de *Horizonte*.

Contudo, o *Horizonte* só começou a circular nove meses depois, a 23 de dezembro de 1998. Segundo Semedo (2005), esse semanário entrou em circulação “após muita reflexão, altos e baixos, envolvimento de profissionais, análise e discussões”. Esse jornal continha cadernos temáticos mensais de economia, esporte, ambiente, saúde, bem como especiais sobre os municípios, principalmente, por alturas das festas tradicionais. Em dezembro de 2000, passa a ser editado cinco vezes por semana, sendo classificado, erroneamente, de diário, mantendo-se nesta condição até março de 2001. O governo interrompeu a publicação do *Horizonte* até setembro de 2001, altura em que voltou a ser um semanário.

A agência de notícias, *Inforpress* teve momentos conturbados, secundarizada em benefício do *Horizonte*, pois quando o jornal era publicado cinco vezes por semana, as notícias produzidas pelos jornalistas da agência eram canalizadas para o *Horizonte*, o que paralisou a divulgação da informação pela agência em outros veículos. O número do pessoal afeto ao jornal era insuficiente, por isso, os profissionais da agência foram “incorporados” ao jornal. Nos últimos anos, a agência *Inforpress* reassumiu maciçamente a recolha e divulgação de informações, que são retomadas por outros órgãos de difusão<sup>30</sup>.

Como vimos anteriormente, a imprensa pública em Cabo Verde esteve a serviço do partido no poder, na fase da democracia o que se vê é auto-censura, pois, segundo o relatório de 2003 da *Freedom House*<sup>31</sup>, muitos jornalistas têm contratos a prazo, o arquipélago passou do grupo de Imprensa livre para o de Imprensa parcialmente livre, devido a influência contínua que o governo exerce sobre a imprensa.

O relatório de 2004 dos Repórteres Sem Fronteiras (RSF) afirma que o governo em Cabo Verde continua a manipular os órgãos comunicação social do Estado. No ano de 2003, três funcionários da *Televisão de Cabo Verde*, Filomena Vera-Cruz, Lena Ribeiro e José Carlos Semedo tiveram os seus salários suspensos por um mês, porque no programa “Clube de Imprensa”<sup>32</sup> da Televisão criticaram as condições de trabalho e as incoerências da Televisão. A administração da *RTC* entendeu que se tratou de insubordinação e deslealdade da empresa<sup>33</sup>.

<sup>30</sup> Revista Ilhas, n.º 1, 2004, p. 38

<sup>31</sup> Organização norte-americana que mede a liberdade de imprensa. O relatório da *Freedom House* foi publicado no jornal *Horizonte* de 30 de abril de 2004.

<sup>32</sup> Debatia os temas da atualidade na imprensa local e internacional.

<sup>33</sup> Vide in [www.visaonews.com](http://www.visaonews.com)

No entanto, em 2005 verificou-se um caso considerado de censura na *Televisão de Cabo Verde*, quando o programa “Grandes Questões”<sup>34</sup> da jornalista, Rosana Almeida foi suspenso, logo após ter entrevistado o Primeiro-Ministro, José Maria Neves, a jornalista foi considerada impertinente durante a entrevista e anunciou que o próximo convidado seria o presidente do MPD, Agostinho Lopes, líder do maior partido da oposição.

A censura verificada na televisão estatal acontece também, na rádio, em finais da década de noventa o então governo do MPD acabou com o programa “Noite Ilustrada”<sup>35</sup> do jornalista José Leite e demitiu o profissional, porque no programa foram debatidos temas considerados contrários ao governo. Na época houve manifestações de populares contra a medida, o jornalista foi admitido e o programa voltou a ser transmitido.

Num plano mais amplo, o Estado de Cabo Verde massificou a comunicação social, pois a mídia estrangeira pode transmitir em sinal aberto para o país, desde que seja autorizado pelo Conselho de Ministros, que fixa as condições para a transmissão. Por isso, na década de noventa, o país passou a contar com emissões para a África da Rádio e da Televisão pública de Portugal, *RDP África* e *RTP África* e da televisão francesa *TV5 Afrique*. A *Radio France International (RFI)* sediada em Paris também é ouvida em FM. Porém, existem outras emissões de rádios estrangeiras que são retransmitidas pelas rádios de cobertura nacional, a *Rádio Comercial* retransmite a *Voz de América* e a *Rádio Nova* a emissão da *BBC em língua portuguesa para a África*. Também, os meios de comunicação social estrangeiros podem ter correspondentes em Cabo Verde.

Entretanto, há emissões “piratas” de televisões estrangeiras em quase todas as ilhas, apesar de serem proibidas por lei<sup>36</sup>. As Câmaras Municipais e emigrantes instalaram parabólicas e centros retransmissores que captam e transmitem ilegalmente, em sinal aberto, as emissões das televisões portuguesas e brasileiras.

Contudo, Cabo Verde tem uma forte comunidade no estrangeiro<sup>37</sup>, por isso, existem vários jornais, sites e emissões de rádio e de televisão nos países de

---

<sup>34</sup> Programa de entrevistas.

<sup>35</sup> Programa de debates sobre temas de atualidade e com participação de ouvintes. Considerado um dos maiores programas de cidadania na rádio em Cabo Verde.

<sup>36</sup> Lei nº 5/V/ 98 de 29 de junho – Lei de Comunicação Social.

<sup>37</sup> Dados do Senso de 2000, Instituto Nacional de Estatística revelam que mais da metade da população cabo-verdiana vive no estrangeiro. Vide in: [www.ine.cv](http://www.ine.cv)

acolhimento, nomeadamente nos Estados Unidos, Holanda, França, Portugal, Itália, Luxemburgo, Brasil, São Tomé e Príncipe e Senegal.

Atualmente em Cabo Verde existem vários sites de notícias, as emissões das rádios são transmitidas na internet. Existem mais duas rádios de cobertura nacional *Crioula FM* e *Rádio Educativa* e uma local, *Rádio Ponta d'Água* na cidade da Praia. Os jornais semanários têm uma tiragem de 3000 a 3500 exemplares e o mensário *Terra Nova*, uma tiragem de 1500 exemplares. Desde 1991 é editada, na cidade do Mindelo, uma revista cultural, o *Artiletra*.



## **4. ESTUDO DE CASO: ELEIÇÕES MUNICIPAIS – COBERTURA DOS JORNAIS**

### **4.1 Edição dos jornais**

Neste tópico iremos a analisar as edições dos jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas e Horizonte* durante os períodos pré-eleitoral e eleitoral das eleições municipais de 2004 em Cabo Verde. Com base no número de reportagens publicadas e fotos dos candidatos dos partidos pretendemos demonstrar como esses jornais se comportaram na cobertura das eleições favorecendo este ou aquele partido.

Para realizar a análise observamos as 12 edições de cada semanário publicado de janeiro a março de 2004 e a percentagem foi calculada pelo total de matéria divulgada em cada mês.

#### **4.1.1 – Análise da edição realizada pelo jornal *A Semana***

As edições realizadas pelo jornal *A Semana* ao longo de janeiro a março de 2004, altura das eleições municipais em Cabo Verde, esse semanário deixou claro a sua posição no escrutínio. Nesse periódico, analisamos os textos, as fotos, as referências que foram feitas a cada candidato dos partidos e dos grupos independentes.

No mês de janeiro, as eleições tiveram poucas expressividade nas páginas do *A Semana*. Nesse período, os candidatos do PAICV foram beneficiados com 33% das matérias publicadas, enquanto os do MPD e da UCID obtiveram 20%, respectivamente; os do PTS 13% e os candidatos da coligação PCD/PRD e dos independentes 7%, cada um.

Em janeiro, os candidatos dos partidos políticos e dos grupos independentes já estavam definidos nos 17 municípios. O MPD não concorreu em dois círculos eleitorais, Sal e Ribeira Grande, enquanto o PAICV não apresentou candidato só em São Domingos, o grupo dos independentes e a coligação PCD/PRD apresentaram listas em cinco municípios, a UCID em dois e o PTS em um município (ver anexo 1). Nesse mês, o jornal *A Semana* dedicou 33% das matérias sobre as eleições ao PAICV e 20% ao MPD. A UCID e do PTS ganharam vantagem em relação aos candidatos independentes e a coligação PCD/PRD, pois com menos candidatos tiveram mais espaço no semanário.

O privilégio dos dois maiores partidos se manteve no mês seguinte, mas o jornal equilibrou o espaço dos candidatos independentes e coligação PCD/PRD e dos partidos

PTS e a UCID. Em fevereiro, a coligação PCD/PRD e os independentes viram os seus candidatos expostos em 17% das matérias publicadas no jornal, enquanto os da UCID 8%, do PTS 4%. O PAICV se manteve nos 33% e o MPD aumentou para 21%. Nesse mês, ao contrário de janeiro, *A Semana* criou um caderno de oito páginas dedicado às eleições municipais.

Em março, *A Semana* ampliou o espaço para os candidatos do MPD para 34% das matérias editadas e 29% o PAICV. A coligação PCD/PRD viu os seus candidatos destacados em 14% das reportagens feitas, os independentes em 11% e os da UCID e PTS 6%, respectivamente. Nesse período o jornal deu maior destaque às eleições municipais do Norte do país, onde o MPD venceu a maioria das Câmaras Municipais como veremos mais a frente.

Contudo, o jornal publicou fotos dos candidatos em maior número e deu em equilíbrio o mesmo espaço para todos. *A Semana* ponderou a quantidade de fotos com a de reportagens publicadas. Caso por exemplo de março, das 12 matérias publicadas do MPD, o que equivale a 34%, as fotos dos candidatos desse partido foram estampadas 10 vezes nesse semanário, o equivalente a 37% das fotos publicadas nesse período.

#### **4.1.2 – Análise da edição realizada pelo jornal *Horizonte***

Como vimos anteriormente, o *Horizonte*, jornal estatal de Cabo Verde é dominado pelo partido no poder. Ao contrário de *A Semana*, o *Horizonte* dedicou 20% das matérias publicadas em janeiro aos candidatos dos partidos, respectivamente e não fez qualquer menção aos candidatos dos grupos independentes ao longo desse mês, o que mostrou a preferência desse jornal para os candidatos partidários.

Entretanto, em fevereiro as edições do jornal estatal se abriram para os candidatos dos grupos independentes. Esses foram motivos de reportagem em 14% das notícias sobre as eleições. Os candidatos da UCID e do PTS viram as matérias sobre seus candidatos caírem para 9% e 5%, respectivamente. Enquanto que o MPD e o PAICV aumentaram para 24% e 29%, nesse período.

Ao longo do mês de fevereiro, o *Horizonte* divulgou algumas matérias sobre as eleições, mas foi em março, com a aproximação das eleições, que esse semanário ampliou o espaço para os candidatos. Como aconteceu com o *A Semana*, o *Horizonte* criou um caderno de oito páginas dedicado às eleições autárquicas. Além da primeira

página em cores, todas as demais são em preto e branco o que de certa forma poderá ser entendida como uma maneira de demonstrar neutralidade fase aos candidatos.

Durante o mês de março, o semanário se posicionou pró os candidatos do PAICV. Das matérias publicadas 39% foram do PAICV, 29% do MPD, 13% da coligação PCD/PRD, 10% dos Independentes, 7% da UCID e 2% do PTS. No entanto, a diferença no número de matérias veiculadas pode ser entendida pelo número de círculo em que os partidos e os grupos independentes apresentaram candidatos. Mas, a diferença entre o MPD e o PAICV é enorme, pois o MPD apresentou lista num círculo a menos do PAICV. Porém, entenderemos melhor a discrepância quando analisaremos o conteúdo das matérias.

Ao longo dos três meses, o jornal publicou mais fotos e chamadas de páginas dos candidatos do PAICV do que os demais. Mas, o MPD sempre foi o segundo colocado, contudo foram os candidatos do PAICV apareceram numa posição vantajosa, na maioria das vezes as fotos publicadas destes eram dos candidatos individuais, enquanto que os do MPD e dos outros partidos e grupos independentes eram em conjunto.

#### **4.1.3 – Análise da edição realizada pelo jornal *Expresso das ilhas***

Para analisarmos as edições do *Expresso das Ilhas* no período eleitoral tivemos em conta os mesmos aspectos dos demais, as manchetes, as edições das fotos, das reportagens e os textos opinativos feitas dos candidatos dos partidos políticos e dos grupos independentes nas páginas desse semanário.

Em janeiro, das matérias publicadas, 36% foram dos candidatos afetos ao MPD, 33% dos do PAICV, 11% dos independentes, 9% do PTS, 7% da coligação PCD/PRD e 4% da UCID. Ao contrário do jornal *A Semana* que deu maior espaço aos candidatos do PAICV, o *Expresso das ilhas* se posicionou nesse período pró candidatos do MPD.

A tendência se manteve no mês de fevereiro, em que o periódico se disponibilizou 38% das reportagens para os candidatos do Movimento para a Democracia (MPD), o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) 23%, as restantes reportagens foram para os candidatos dos demais partidos.

Em março, essa diferença foi ainda maior, a quantidade de matérias publicadas sobre os candidatos do MPD no *Expresso das Ilhas* corresponderam a 42%, enquanto ao

PAICV 28% e aos independentes 22%. A coligação PCD/PRD que apresentou o mesmo número de candidatos em relação aos independentes, só conseguiu 3% das reportagens publicadas.

Quanto as fotos, o editor ignorou os candidatos do PTS e da UCID, em janeiro, mas deu 4% para os candidatos dos independentes e da coligação PCD/PRD, 38% para os do PAICV 38% e a maior parcela foi para o MPD com 54% das fotos. Os candidatos do MPD, no mês seguinte conseguiram 47%, o PAICV 27%, a coligação PCD/PRD e os Independentes 11% cada e o PTS e a UCID 2%, respectivamente. Logo em março, os candidatos da UCID, PTS e a coligação PCD/PRD não foram contemplados com nenhuma foto e os Independentes viram as fotos dos seus candidatos ocuparem 10% das páginas disponibilizadas, o PAICV 31% e o MPD conseguiu a maior parte com 59% das fotos.

Ao contrário dos outros semanários, o *Expresso das ilhas* não teve um caderno sobre as eleições. Os temas referentes ao período eleitoral foram abordados juntos com outros assuntos tratados pelo jornal.

## **4.2 Análise quantitativa**

Neste tópico iremos analisar o volume de textos e fotos publicados nos três semanários de Cabo Verde, dos candidatos dos partidos e dos grupos independentes aos 17 municípios, nas eleições autárquicas de 2004. Vamos mostrar a quantidade de chamadas de primeira página, manchetes, reportagens e textos opinativos que cada jornal publicou dos candidatos dos partidos políticos e grupos independentes.

Como os candidatos do PAICV e do MPD tiveram maior destaque nos semanários, faremos uma comparação do volume de textos e fotos dos seus candidatos publicados no *Horizonte*, *A Semana* e *Expresso das ilhas* durante o período eleitoral. Ainda, apresentaremos a evolução no volume de textos e fotos publicados dos candidatos, em janeiro, fevereiro e março.

### **4.2.1 – Volume de textos publicados.**

As eleições municipais de 2004 em Cabo Verde tiveram ampla cobertura pelos jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *Horizonte*. O volume de textos nos meses

pesquisados foi de 23 manchetes, 195 matérias, 26 textos opinativos e 100 chamadas de primeira página,

Segundo os quadros e o gráfico abaixo podemos observar, como os candidatos do MPD foram mais pautados pelos jornais, seguido dos do PAICV e dos Independentes. Os candidatos dos outros partidos tiveram menos visibilidade nas páginas dos jornais.

*Quadro 4: Volume de textos publicados sobre cada candidato dos partidos e dos grupos independentes*  
*A Semana*

<b>Partido/ Tipo de texto</b>	<b>MPD</b>	<b>PAICV</b>	<b>PCD/PRD</b>	<b>PTS</b>	<b>UCID</b>	<b>Independentes</b>
Manchetes						
Chamadas de primeira página	10	13				
Reportagens	13	10	2	2	1	2
Opinativos	1	1	1	1	1	1

*Quadro 5: Volume de textos publicados sobre cada candidato dos partidos e dos grupos independentes*

*Expresso das ilhas*

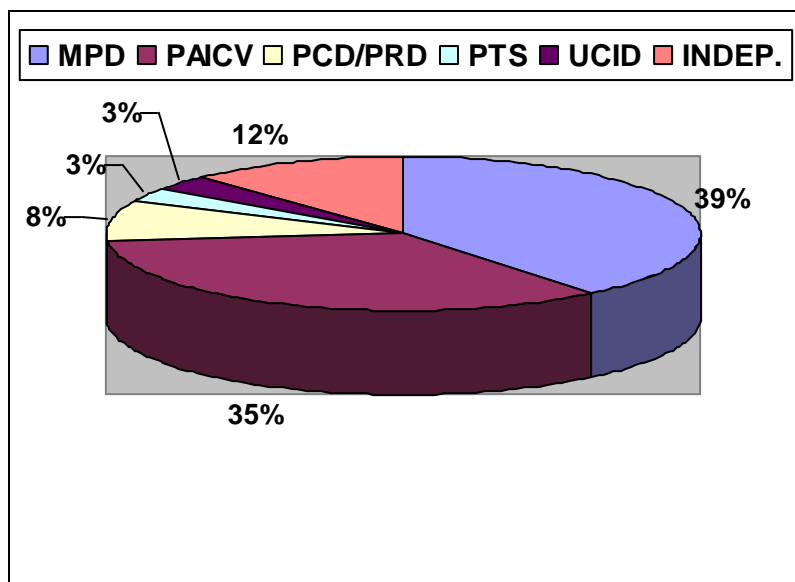
<b>Partido/ Tipo de texto</b>	<b>MPD</b>	<b>PAICV</b>	<b>PCD/PRD</b>	<b>PTS</b>	<b>UCID</b>	<b>Independentes</b>
Manchetes	8	10				
Chamadas de primeira página	15	4	1			2
Reportagens	19	6	2			3
Opinativos	3	3				

Quadro 6.: Volume de textos publicados sobre cada candidato dos partidos e dos grupos independentes

*Horizonte*

Partido/ Tipo de texto	MPD	PAICV	PCD/PRD	PTS	UCID	Independentes
Manchetes	1					
Chamadas de capa	13	17	6	4	6	9
Reportagens	45	46	12	4	5	19
Opinativos	3	4	2	2	2	1

Gráfico 1: Volume dos textos por partidos/grupos



Os candidatos do PTS, apesar de serem os menos preferidos pelos semanários cabo-verdianos foram citados 18 vezes pelo jornal *A Semana*, quatro pelo *Expresso das Ilhas* e 53 vezes pelo *Horizonte*. Esse partido conseguiu duas reportagens exclusivas no *Horizonte* e no *A Semana* e nenhuma no *Expresso das Ilhas*. A UCID que apresentou duas listas, uma em São Vicente e outra na cidade da Praia, não teve o privilégio dado ao PTS que só apresentou lista em São Vicente. O partido de inspiração cristã foi publicado em duas reportagens exclusivas no *A Semana* e *Horizonte*, o *Expresso das*

*Ilhas* citou cinco vezes os candidatos da UCID e não publicou nenhuma matéria exclusiva com esse partido.

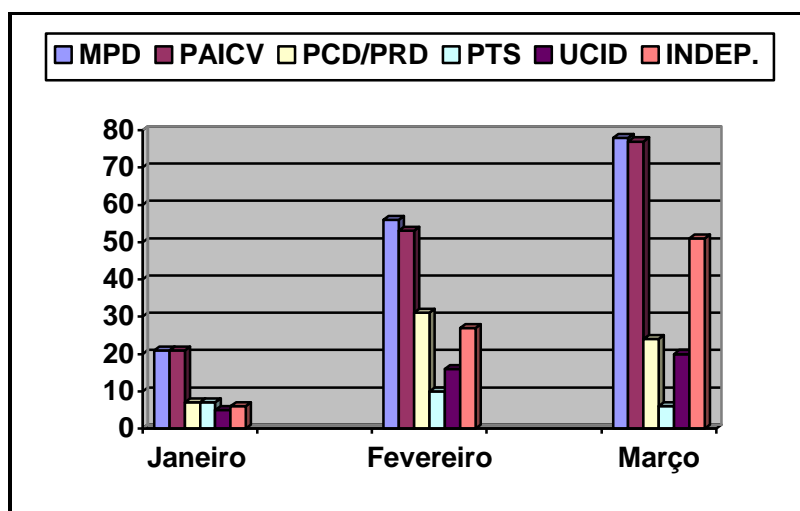
A coligação PCD/PRD e os independentes obtiveram o mesmo tratamento no jornal *A Semana*, esse semanário publicou duas reportagens exclusivas para os candidatos da coligação e dos grupos independentes. No que toca a citações, a coligação PCD/PRD foi citada 82 vezes e os independentes 23 vezes. Já o *Expresso das ilhas* citou os independentes 46 vezes e os candidatos da coligação PCD/PRD foram citados 18 vezes em outras matérias. Em reportagens, os independentes foram mais uma vez privilegiados ao conseguirem três matérias exclusivas nesse periódico e a coligação duas. O semanário estatal seguiu o mesmo caminho, privilegiou os independentes com maior número de reportagens do que a coligação. O *Horizonte* atribuiu 19 matérias aos independentes e 12 para a PCD/PRD. Porém, citou a coligação mais vezes do que os independentes, 238 para a coligação PCD/PRD e 218 citações dos Independentes.

Os candidatos preferidos pelos jornais foram os do MPD e os do PAICV, os dois semanários privados publicaram maior número de matérias exclusivas com o MPD. O *Expresso das ilhas* divulgou 19 reportagens do MPD e seis do PAICV, *A Semana* publicou 13 do MPD e 10 do PAICV. Entretanto, no *Horizonte* os candidatos do PAICV foram mais beneficiados com 50 matérias e os do MPD conseguiram 45. Nesse semanário, os do PAICV foram citados 310 vezes e os do MPD 234, enquanto que no *Expresso das Ilhas*, os candidatos do MPD foram citados 113 vezes e os do PAICV 98 e no *A Semana*, o MPD 99 e o PAICV conseguiu ter seus candidatos 90 vezes citados.

Os textos opinativos publicados nesses semanários citaram mais vezes os candidatos do MPD e do PAICV, dos 26 textos, os candidatos da coligação PCD/PRD, da UCID e do PTS foram citados três vezes, seguidos dos Independentes com duas citações. A maior parcela foi do MPD com oito e o PAICV com sete citações.

De todos os candidatos, os do MPD e do PAICV foram os mais expostos nos jornais no período eleitoral. No gráfico abaixo é possível acompanhar o volume de reportagens e textos opinativos publicados em janeiro, em que os candidatos começam a ser definidos, em fevereiro, na pré-campanha eleitoral e em março, com os candidatos em campanha oficial e a edição dos jornais após as eleições.

Gráfico 2: Textos com referência aos partidos/grupos



De acordo com o gráfico, notamos que em janeiro houve um equilíbrio no número de matérias sobre os candidatos do PAICV e do MPD, um equilíbrio na coligação PCD/PRD e no PTS, apesar de considerarmos que nesse caso não poderá haver compensação, pois o número de candidatos da coligação foi superior do PTS. Poderia haver equilíbrio entre a coligação PCD/PRD e os independentes por terem apresentado o mesmo número de candidatos.

Em fevereiro, a tendência de aumento de todos os candidatos se manteve, alguns duplicaram a aparição na imprensa escrita, outros triplicaram. São os casos da coligação PCD/PRD, dos Independentes e da UCID. Apesar de todos terem aumentado o número de textos publicados, os independentes foram bem pautados pelos jornais, em nenhum momento caiu o número de textos, já o PTS e a coligação PCD/PRD caíram na quantidade de textos publicados.

Contudo, o MPD e o PAICV bateram recordes, pois os candidatos desses dois partidos estiveram muito próximos na quantidade de textos publicados. Em janeiro conseguiram o mesmo número com 21 textos para cada um, em fevereiro o MPD superou o PAICV, obteve 56 textos e o PAICV 53 e em março, mês das eleições, os candidatos do MPD mantiveram a tendência de serem os mais privilegiados conseguiram 78 textos e o PAICV 77.



#### 4.2.1 – Volume de fotos publicados.

O volume de fotos publicados dos candidatos nas eleições municipais de 2004 em Cabo Verde foi maior para o PAICV e para o MPD. A mesma desigualdade observada no número de matérias publicadas se verificou com as fotos. Os semanários cabo-verdianos tiveram uma tendência clara de beneficiar os dois maiores partidos, dando ênfase a bipolarização existente no arquipélago.

O *Expresso das ilhas*, em janeiro, publicou 26 fotos, do total 14 foram dos candidatos do MPD, 10 dos do PAICV, uma da coligação PCD/PRD e outra dos independentes. O PTS e a UCID não entraram nas edições do semanário nesse período. No mês seguinte, a tendência se manteve, o *Expresso das ilhas* publicou o maior número de fotos dos candidatos do MPD, 27 fotos do Movimento para a Democracia, 15 do PAICV, seis da coligação PCD/PRD, seis dos independentes, os partidos UCID e PTS aparecem com uma foto cada um. E, em março, esse semanário não divulgou nenhuma foto do PTS, da UCID e da coligação. Nesse mês, manteve a quantidade fotos para os candidatos do PAICV, publicou cinco dos independentes e 28 para os do MPD. Como podemos observar, o *Expresso das ilhas* se posicionou a favor dos candidatos do Movimento para a Democracia.

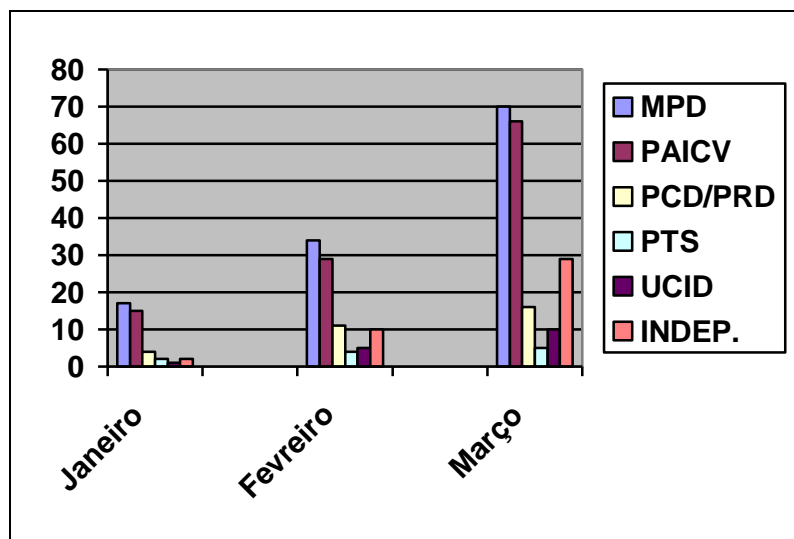
No semanário *Horizonte* a quantidade de fotos divulgadas em janeiro foi de três do PAICV, duas do MPD, duas da coligação PCD/PRD, uma do PTS, uma da UCID e nenhuma dos independentes. Em fevereiro, publicou oito fotos do PAICV, quatro do MPD, três da coligação PCD/PRD, duas da UCID, uma do PTS. Nesse mês, o semanário publicou três fotos dos candidatos independentes. Entretanto, a quantidade de fotos dos independentes se multiplicou em março, o *Horizonte* divulgou 22 fotos dos independentes. A posição a favor do PAICV se manteve, publicou 42 fotos do PAICV, 32 do MPD, 13 da coligação PCD/PRD, nove da UCID e quatro do PTS. Por ser estatal, já era de esperar que se posicionasse a favor dos candidatos do partido de sustentação do governo em Cabo Verde.

O jornal *A Semana*, em janeiro estampou duas fotos dos candidatos do PAICV e uma de cada candidato dos outros partidos e dos grupos independentes, nas suas páginas. No mês seguinte, as fotos dos candidatos do PAICV ocuparam seis vezes as páginas do jornal, enquanto que o MPD quatro, a coligação PCD/PRD três, o PTS e a UCID duas cada um e os independentes uma foto. Em março, mês das eleições, o

semanário publicou 10 fotos do MPD, nove do PAICV, três da coligação, duas dos independentes e uma do PTS e da UCID. O *A Semana* foi o periódico que publicou menos fotos dos candidatos ao longo do período eleitoral.

No gráfico abaixo podemos perceber o volume de fotos publicados dos candidatos as eleições municipais de 2004, pelos jornais em Cabo Verde.

**Gráfico 3: Fotos dos candidatos dos partidos/grupos publicados nos semanários**



De acordo com o gráfico acima notamos que a imprensa cabo-verdiana deu um espaço reduzido aos candidatos do PTS, 11 fotos e 16 para a UCID. Mas, a discrepância maior foi com relação as fotos divulgadas dos candidatos da coligação PCD/PRD e dos grupos independentes, pois esses apresentaram o mesmo número de candidatos, porém os independentes viram suas fotos estampadas 41 vezes nos semanários e os concorrentes da coligação 31.

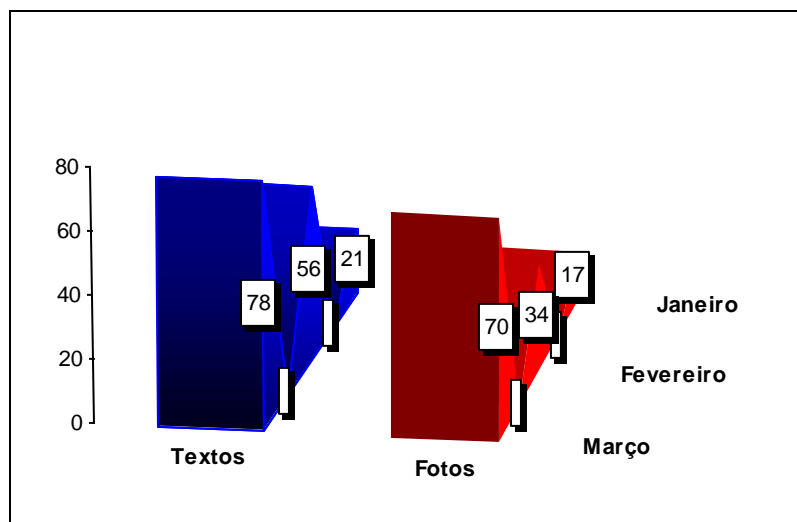
Percorrendo as páginas dos periódicos nota-se que os candidatos do MPD tiveram 121 fotos publicados nos jornais, obtendo 38% do espaço destinado às fotos dos candidatos e os candidatos do PAICV conseguiram ter as suas fotos estampadas nos semanários 110 vezes, o que corresponde a 32%, seguido dos independentes com 12% das fotos.

Como no volume de textos, nas fotos os candidatos do MPD e do PAICV tiveram uma exposição significativa nos jornais, o que poderá ter beneficiado os candidatos dos dois partidos.

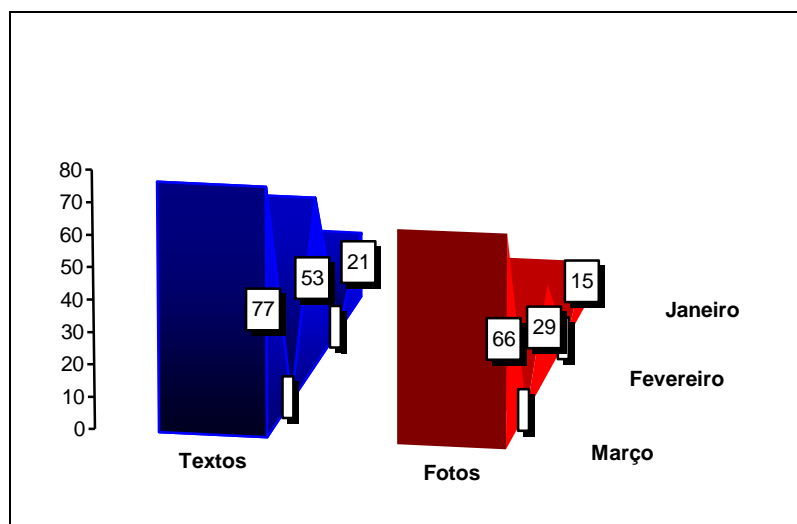
#### 4.2.3. Comparativo entre o volume de textos e fotos dos candidatos do MPD e do PAICV.

Os candidatos do MPD e do PAICV tiveram maior visibilidade na imprensa cabo-verdiana durante as eleições municipais de 2004, por isso, delineamos um gráfico para analisar a relação entre o volume de textos e de fotos dos candidatos do MPD e do PAICV publicados nos semanários no período de análise.

**Gráfico 4: Comparativo entre o volume de textos e fotos dos candidatos do MPD**



**Gráfico 5: Comparativo entre o volume de textos e fotos dos candidatos do PAICV**



Os gráficos nos mostram como os candidatos do MPD tiveram o maior número de fotos publicadas em janeiro. Com o mesmo número de textos para os candidatos do

PAICV, os *ventoinhas*<sup>38</sup> se beneficiaram conseguindo duas fotos a mais dos *tambarinas*<sup>39</sup>. Nesse período, o MPD teve uma média de 0,80 fotos por reportagem e o PAICV 0,71 por textos. O MPD foi beneficiado logo no primeiro mês do período eleitoral.

A inclinação dos jornais pelo MPD se manteve nos meses seguintes. Em fevereiro, o volume de textos foi de 56 matérias, contra 53 do PAICV e de fotos foi de 34 contra 29. Apesar, dos semanários duplicarem as matérias e as fotos publicadas, o MPD foi o partido mais beneficiado em março, com 78 reportagens conseguidas na imprensa contra PAICV 77. Com esse equilíbrio parcial nos textos, o MPD teve uma média de 0,90 fotos por matéria e PAICV 0,85 fotos.

Mas, como podemos observar o MPD teve nos três meses o maior número de fotos, mesmo nos casos em que teve o número igual de textos com o PAICV. Entretanto, isso pode ser explicado pelo fato de o leitor ser atraído mais pela matéria que tem imagem do que a que tem apenas texto. Deste modo, ao publicarem mais fotos dos candidatos do MPD, os semanários induziram o leitor para os concorrentes. Como se sabe, o leitor comum, na maioria das vezes, se interessa por ler uma matéria em razão do título chamativo ou da foto.

#### 4.3. Análise qualitativa

Neste ponto vamos analisar o conteúdo das reportagens, dos textos opinativos e das fotos publicados pelos jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *Horizonte* no período eleitoral de 2004 em Cabo Verde. Seguindo os conceitos de enquadramento de Mauro Porto, presentes em vários trabalhos publicados no Brasil, iremos perceber qual foi a imagem criada dos candidatos dos partidos políticos e dos grupos independentes pelos semanários cabo-verdianos. Em todas as etapas da análise qualitativa, o trabalho será feito em separado para cada partido e para os independentes.

---

<sup>38</sup> Como o símbolo do Movimento para a Democracia (MPD) é uma ventoinha, o que caracteriza movimento, tornou-se habitual em Cabo Verde chamar os integrantes desse partido de ventoinha.

<sup>39</sup> Os militantes e dirigentes do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) se autodeclararam como *tambarinas*, que no crioulo seria forte, o que não cai e que nenhum vento pode derrubar uma clara alusão ao símbolo do MPD.

### 4.3.1 Análise de conteúdo das reportagens

As matérias publicadas nos semanários cabo-verdianos no período eleitoral foram analisadas segundo os critérios de enquadramento propostos por Mauro Porto. Esse autor para estudar as eleições, classifica o foco da notícia, em termos de enquadramento como *episódico*: matérias do dia-a-dia da campanha; *personalista*: quando o foco está nas características do candidato; *temático*: se a matéria é sobre as propostas apresentadas pelo candidato e *corrida de cavalos*, em que o foco do texto se situa a posição dos candidatos na disputa eleitoral, as estratégias para manter ou modificar essa posição. Também, identificaremos como os jornais apresentam os temas das reportagens, se a entrada é de forma positiva, negativa ou neutra.

A soma das reportagens dos candidatos dos partidos e dos grupos independentes nos semanários será apresentada juntamente, mas na análise veremos em separado e como cada jornal publica as matérias dos partidos.

Todos os jornais publicaram as reportagens sobre o dia-a-dia dos candidatos dos partidos, ou seja, privilegiando o enquadramento episódico. Como vimos na análise quantitativa os candidatos dos partidos MPD e PAICV foram os que ocuparam o maior espaço nos jornais.

### Candidatos do MPD – Movimento para a Democracia

Na análise quantitativa, observamos que os candidatos do MPD foram beneficiados pelos jornais, ao ter mais matérias publicadas. O quadro abaixo mostra que das 77 reportagens do MPD, a maioria foi sobre o dia-a-dia dos candidatos e os temas dos candidatos que deveriam ser expostos para que os leitores/ eleitores pudessem saber quais as escolhas que tinham foram publicadas duas matérias sobre o assunto.

Dessas matérias, o *Expresso das Ilhas* publicou três matérias sobre o perfil dos candidatos do MPD, *A Semana* duas notícias com as propostas dos concorrentes do partido e o *Horizonte* publicou só matéria dos encontros com os eleitores e os comícios.

Os semanários não publicaram nenhuma matéria dos *ventoinhas* sobre a posição dos candidatos, apesar de ser proibido por lei divulgar sondagens dos candidatos no período eleitoral, os jornais poderiam divulgar as intenções dos candidatos na mudança do rumo da campanha..

*Quadro 7: Enquadramento das reportagens dos candidatos do MPD*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	72	93%
<b>Temática</b>	2	3%
<b>Personalista</b>	3	4%
<b>Corrida de cavalos</b>	***	***
<b>Total</b>	77	100%

Os semanários beneficiaram os candidatos do MPD, ao publicarem 84% de matérias positivas destes. No total de 64 reportagens, *o Expresso das Ilhas* divulgou 19 notícias salientando a possível vitória das candidaturas do MPD. Ex: “*Ventoinhas soltam ventos de vitória*” in 23/02/04. O *Horizonte* apresentou 40 matérias de forma positiva, quatro negativas e uma neutra. A *Semana* divulgou uma matéria negativa, sete neutras e as restantes positivas. Os semanários destacaram muito os apoios políticos conseguidos pelos candidatos do MPD ao longo desse período.

Como podemos notar no quadro 8, 84% das matérias tiveram um recorte positivo dos candidatos do MPD, 10% se mantiveram neutra e 6% criaram uma imagem negativa dos concorrentes.

*Quadro 8: Enquadramento das reportagens dos candidatos do MPD*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	64	84%
<b>Negativa</b>	5	6%
<b>Neutra</b>	8	10%
<b>Total</b>	77	100%

### **Candidatos do PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde.**

Os candidatos do PAICV tiveram 62 matérias exclusivas nos periódicos cabo-verdianos, sendo que *O Horizonte* publicou 46, *A Semana* 10 e o *Expresso das Ilhas*

seis. Como se pode perceber pelo quadro abaixo, os semanários publicaram 97% de matérias sobre o dia-a-dia e as caminhadas dos candidatos e 3% sobre os candidatos. *O Horizonte* foi o único jornal a escrever sobre as características dos concorrentes *tambarinas*. No entanto, todos os jornais ignoraram nas reportagens as propostas dos candidatos do PAICV e as estratégias na manutenção da campanha não foram levadas em conta.

*Quadro 9: Enquadramento das reportagens dos candidatos do PAICV*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	60	97%
<b>Temática</b>	***	***
<b>Personalista</b>	2	3%
<b>Corrida de cavalos</b>	***	***
<b>Total</b>	62	100%

Apesar do nosso estudo não ser sobre a posição dos jornais observamos que o *Expresso das Ilhas* publicou seis matérias com entrada negativa para os candidatos do PAICV, ou seja, esse jornal demonstrou a antipatia pelos *paicevistas* publicando apenas matérias negativas. A *Semana* divulgou oito matérias com recorte neutro e duas positivas. Já o *Horizonte* publicou todas as matérias de forma positiva para os candidatos do PAICV, esse periódico deu preferência aos *tambarinas*.

O quadro 10 mostra que ao contrário do MPD, o PAICV teve 77% de matérias positivas, 13% de neutras e 10% negativa. O que deu maior visibilidade aos candidatos do MPD.

*Quadro 11: Enquadramento das reportagens dos candidatos do PAICV*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	48	77%
<b>Negativa</b>	6	10%
<b>Neutra</b>	8	13%
<b>Total</b>	62	100%

### Candidatos dos grupos independentes

Os candidatos dos grupos independentes foram o terceiro a ter um maior número de matérias publicadas nas páginas dos semanários. Ao observarmos o quadro 11 notamos que houve um grande número de matérias voltadas para o dia-a-dia dos candidatos, o que não foi diferente com os concorrentes do PAICV e os do MPD. Os candidatos independentes não tinham uma estrutura partidária para sustentar as candidaturas como os outros. Por isso, a visibilidade que tiveram na imprensa escrita demonstra que os grupos independentes têm uma importância nas eleições municipais em Cabo Verde.

No entanto, como podemos ver no quadro abaixo, ao contrário dos candidatos do PAICV, os independentes conseguiram uma reportagem sobre suas propostas eleitorais e foram os únicos a terem uma matéria publicada nos jornais sob a posição de seus candidatos na disputa eleitoral. Ex: “No Sal: Os candidatos independentes mudam de tática ‘atacam’ Sara Lopes” in *Expresso das Ilhas*, 17/03/2004.

Quadro 12: Enquadramento das reportagens dos candidatos independentes

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	22	92%
<b>Temática</b>	1	4%
<b>Personalista</b>	***	***
<b>Corrida de cavalos</b>	1	4%
<b>Total</b>	24	100%

Podemos notar que os jornais foram benevolentes com os candidatos independentes. O *Horizonte* publicou 15 matérias positivas desses candidatos, três negativas e uma neutra. Todas as matérias divulgadas no *Expresso das Ilhas* sobre os independentes foram positivas. No jornal *A Semana*, os independentes ocuparam uma matéria positiva e outra neutra.

No total os independentes apareceram positivamente nos jornais em 75% das matérias, de forma negativa 17% e neutra 8% (ver quadro 13).



*Quadro 13: Enquadramento das reportagens dos candidatos independentes*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	18	75%
<b>Negativa</b>	4	17%
<b>Neutra</b>	2	8%
<b>Total</b>	24	100%

### **Candidatos da coligação PCD/PRD – Partido da Convergência Democrática e Partido da Renovação Democrática.**

Como vimos anteriormente, na análise quantitativa a coligação PCD/PRD e o grupo dos independentes apresentaram o mesmo número de candidatos às eleições municipais de 2004, mas a coligação teve menor número de matéria publicada nos jornais.

Entretanto, ao contrário dos independentes que não tiveram nenhuma matéria com o foco nas características de seus candidatos, a coligação conseguiu uma reportagem no *Expresso das Ilhas* sobre seus concorrentes.

No quadro 14 observamos que 94% das reportagens publicadas dos candidatos da coligação da PCD/PRD foram sobre o dia-a-dia da campanha e 6% personalista.

*Quadro 14: Enquadramento das reportagens dos candidatos da coligação PCD/PRD*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	15	94%
<b>Temática</b>	***	***
<b>Personalista</b>	1	6%
<b>Corrida de cavalos</b>	***	***
<b>Total</b>	16	100%

A maioria das matérias da coligação divulgadas pela imprensa teve um caráter positivo. A *Semana* publicou uma reportagem neutra e outra negativa sobre os

candidatos da coligação PCD/PRD. O *Expresso das ilhas* divulgou uma matéria positiva e outra negativa. Mas, o *Horizonte* foi o periódico que publicou o maior número de notícias da coligação, desse total nove foram com recorte positivo e quatro negativos (ver quadro 15).

*Quadro 15: Enquadramento das reportagens dos candidatos da coligação PCD/PRD*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	10	63%
<b>Negativa</b>	5	31%
<b>Neutra</b>	1	6%
<b>Total</b>	16	100%

### **Candidatos do PTS – Partido do Trabalho e da Solidariedade**

A maioria das notícias sobre os candidatos do Partido do Trabalho e da Solidariedade foi episódica. O *Horizonte* publicou três matérias sobre o dia-a-dia da campanha eleitoral do PTS e uma personalista, *A Semana* divulgou duas dos encontros com eleitores e o *Expresso das ilhas* não publicou nenhuma reportagem só com os candidatos do PTS.

*Quadro 16: Enquadramento das reportagens dos candidatos do PTS*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	5	83%
<b>Temática</b>	***	***
<b>Personalista</b>	1	17%
<b>Corrida de cavalos</b>	***	***
<b>Total</b>	6	100%

No quadro abaixo podemos ver como o PTS foi o único partido a ter carácter neutro na maioria das notícias publicadas. O jornal *A Semana* divulgou uma notícia

neutra e outra positiva e o *Horizonte* equilibrou a publicação, deu duas reportagens negativas e duas neutras.

*Quadro 17: Enquadramento das reportagens dos candidatos do PTS*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	1	17%
<b>Negativa</b>	2	33%
<b>Neutra</b>	3	50%
<b>Total</b>	6	100%

### **Candidatos da UCID – União Cabo-verdiana Independente e Democrática**

A UCID foi o único partido a ter só notícias do dia-a-dia da campanha eleitoral dos seus candidatos expostos nos jornais *A Semana* e *Horizonte*. O *Expresso das Ilhas* não publicou nenhuma matéria exclusiva da UCID. Esse partido não conseguiu conquistar a simpatia dos jornais para cobertura de temas como propostas dos candidatos para os municípios onde disputou a autarquia, nem sobre os seus perfis, nem tampouco na posição destes na campanha eleitoral.

*Quadro 18: Enquadramento das reportagens dos candidatos da UCID*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	6	100%
<b>Temática</b>	***	***
<b>Personalista</b>	***	***
<b>Corrida de cavalos</b>	***	***
<b>Total</b>	6	100%

O quadro 19 mostra que a UCID não teve nenhuma notícia com entrada negativa, diferente dos outros partidos. O *Horizonte* publicou cinco matérias positivas da UCID e o jornal *A Semana* uma neutra, ou seja, 83% das reportagens divulgadas foram positivas e 17% neutras.

*Quadro 19: Enquadramento das reportagens dos candidatos da UCID*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de reportagem</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	5	83%
<b>Negativa</b>	***	***
<b>Neutra</b>	1	17%
<b>Total</b>	6	100%

#### **4.3.2 Análise de conteúdo dos textos opinativos**

Os jornais cabo-verdianos publicaram um número significativamente menor de textos opinativos em relação a reportagens. Os textos opinativos são de autorias de colunistas dos periódicos que semanalmente podem se debruçar sobre qualquer assunto. Ao longo dos meses de janeiro, fevereiro e março a maioria dos textos foram sobre as eleições municipais de 2004.

Ao contrário das reportagens que beneficiaram em termos quantitativos e qualitativos os candidatos do MPD, os textos opinativos publicados pelos semanários beneficiaram em termos quantitativos o PAICV e prejudicaram os candidatos desse partido em termos qualitativos. Para perceber como os periódicos favoreceram ou prejudicaram os candidatos vamos empregar os mesmos critérios de enquadramento seguidos para analisar as matérias.

#### **Candidatos do PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde.**

Dos oito textos opinativos publicados pelos semanários, o *Expresso das Ilhas* divulgou três de caráter temático, o *Horizonte* três episódicos e um personalista e *A Semana* um texto sobre as propostas dos candidatos dos *tambarinas*.

No quadro 20 observamos que o PAICV teve 49% de textos temáticos, 38% episódicos, 13% personalista e nenhuma sobre a estratégia dos candidatos.

Quadro 20: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos do PAICV

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	3	38%
<b>Temática</b>	4	49%
<b>Personalista</b>	1	13%
<b>Corrida de cavalos</b>	***	***
<b>Total</b>	8	100%

Podemos perceber no quadro abaixo, que a maioria dos textos opinativos teve entrada negativa. Todas as colunas de opinião do *Expresso das Ilhas* sobre os candidatos do PAICV mostraram os aspectos negativos das propostas desses, o *Horizonte* publicou dois textos negativos e dois positivos. Já o jornal *A Semana* que equilibrou os textos opinativos para todos os partidos, em termos de quantidade, divulgou um com entrada neutra para o PAICV.

Quadro 21: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos do PAICV

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	2	25%
<b>Negativa</b>	5	62%
<b>Neutra</b>	1	13%
<b>Total</b>	8	100%

### **Candidatos do MPD – Movimento para a Democracia**

Como mostra o quadro abaixo, os candidatos do MPD ficaram em segundo lugar no volume de textos opinativos publicados pelos jornais, o *A Semana* divulgou um texto temático, o *Horizonte* três textos com características episódicas e o *Expresso das ilhas* dois avaliando as propostas dos candidatos *mpdistas* e um sobre o dia-a-dia da campanha eleitoral.

Quadro 22: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos do MPD

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	4	57%
<b>Temática</b>	3	43%
<b>Personalista</b>	***	***
<b>Corrida de cavalos</b>	***	***
<b>Total</b>	7	100%

Ao contrário do PAICV que teve a maioria dos textos opinativos negativos (ver quadro 23), o MPD teve mais textos positivos e um negativo publicado pelo jornal *A Semana*. Os três textos publicados pelo *Expresso das Ilhas* foram positivos para o MPD e o *Horizonte* divulgou duas colunas de opinião com características positivas para os candidatos desse partido e uma neutra.

Quadro 23: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos do MPD

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	5	72%
<b>Negativa</b>	1	14%
<b>Neutra</b>	1	14%
<b>Total</b>	7	100%

### **Candidatos da coligação PCD/ PRD – Partido da Convergência Democrática e Partido da Renovação Democrática**

Como estamos a perceber as propostas dos candidatos as eleições municipais tiveram maior destaque nos textos opinativos publicados pelos jornais. Entretanto, a coligação PCD/PRD que não conseguiu nenhuma reportagem sobre suas propostas aos municípios, obteve 67% de textos opinativos temáticos e 33% personalistas. Desses textos o *A Semana* publicou um personalista e o *Horizonte* divulgou dois temáticos.

Quadro 24: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos da coligação PCD/PRD

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	***	***
<b>Temática</b>	2	67%
<b>Personalista</b>	1	33%
<b>Corrida de cavalos</b>	***	***
<b>Total</b>	3	100%

O jornal *A Semana* publicou um texto com caráter neutro para a coligação e o *Horizonte* dois textos opinativos negativos. Isto já era de esperar, pois, o *Horizonte* por ser um semanário estatal beneficiou mais os candidatos do partido que governa o país ou próximos deste. A coligação PCD/PRD não teve nenhum texto positivo.

Quadro 25: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos da coligação PCD/PRD

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	***	***
<b>Negativa</b>	2	67%
<b>Neutra</b>	1	33%
<b>Total</b>	3	100%

### **Candidatos da UCID – União Cabo-verdiana Independente e Democrática**

A UCID nunca conseguiu nenhuma Câmara Municipal em Cabo Verde, mas esse partido sempre angariou uma certa simpatia da imprensa. Na campanha eleitoral municipal do período que estamos a estudar, a semelhança da coligação PCD/PRD teve 67% de textos opinativos publicados nos jornais. Esse dado é relevante, porque a UCID só apresentou candidatos em dois municípios e o PCD/PRD em cinco. E os assuntos episódicos mereceram destaque numa coluna de opinião no jornal *A Semana*.

Quadro 26: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos da UCID

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	1	33%
<b>Temática</b>	2	67%
<b>Personalista</b>	***	***
<b>Corrida de cavalos</b>	***	***
<b>Total</b>	3	100%

Os assuntos episódicos publicados pelo jornal *A Semana* num texto de opinião foram de carácter positivos e o *Horizonte* divulgou dois textos, um positivo e outro negativo para os candidatos da UCID.

Quadro 27: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos da UCID

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	2	67%
<b>Negativa</b>	1	33%
<b>Neutra</b>	***	***
<b>Total</b>	3	100%

### **Candidatos do PTS – Partido do Trabalho e da Solidariedade**

Os candidatos do antigo partido de Onésimo Silveira conseguiram três textos opinativos nos jornais, um no *A Semana* e dois no *Horizonte*. O texto do *A Semana* foi as propostas do PTS para o município em que concorreu e os textos do jornal estatal, um optou por pautar de temas personalistas e outro temático. Como podemos observar o quadro 27, 67% dos textos foram temáticos e 33% personalista.



Quadro 28: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos do PTS

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	***	***
<b>Temática</b>	2	67%
<b>Personalista</b>	1	33%
<b>Corrida de cavalos</b>	***	***
<b>Total</b>	3	100%

O candidato do PTS foi Presidente da Câmara São Vicente, município onde esse partido apresentou candidatos para a Câmara Municipal e para Assembléia Municipal, por isso era de esperar que os jornais se destacassem as obras desse candidato. Porém, dos três textos opinativos publicados nos periódicos *A Semana* e *Horizonte*, os candidatos do PTS não tiveram nenhum positivo. O *Horizonte* publicou um texto negativo e outro neutro e *A Semana* divulgou uma coluna de opinião neutra para os concorrentes do partido que era continuidade em São Vicente.

Quadro 29: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos do PTS

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	***	***
<b>Negativa</b>	1	33%
<b>Neutra</b>	2	67%
<b>Total</b>	3	100%

### Candidatos dos grupos independentes

Os candidatos dos grupos independentes que tinham sido terceiro no número de reportagens publicados nos semanários no período em análise, agora nos textos opinativos ocuparam o último lugar. O *Expresso das ilhas* que tinha divulgado o maior número de matérias dos independentes, não publicou nenhum texto opinativo sobre estes e nem sobre a coligação PCD/PRD e os partidos PTS e UCID. Por isso, os textos

opinativos são os do *Horizonte* e do *A Semana*. Esses dois semanários publicaram somente textos que tratavam de propostas de governo dos independentes.

*Quadro 30: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos independentes*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Episódica</b>	***	***
<b>Temática</b>	2	100%
<b>Personalista</b>	***	***
<b>Corrida de cavalos</b>	***	***
<b>Total</b>	2	100%

Os únicos semanários que publicaram textos opinativos dos candidatos independentes foram para lados opostos. O texto temático publicado pelo *Horizonte* teve um enquadramento negativo e o divulgado pelo jornal *A Semana* neutro.

*Quadro 31: Enquadramento dos textos opinativos para os candidatos independentes*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de textos opinativos</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	***	***
<b>Negativa</b>	1	50%
<b>Neutra</b>	1	50%
<b>Total</b>	2	100%

#### **4.3.3 Análise do conteúdo das fotos**

Para analisarmos as fotos publicadas nos jornais baseamos o critério de enquadramento de Mauro Porto onde observamos se foram positivas, negativas ou neutras. As fotos positivas são as que os candidatos aparecem em caminhadas, encontros corpo-a-corpo, comícios e as legendas enquadram positivamente o candidato ou o partido. Considera-se fotos negativas quando a imagem do candidato aparece com expressões de tristeza, fotos de arquivo ou com legendas negativas para o candidato ou

para o partido. E por último avaliamos como fotos neutras, as que não favoreciam nem prejudicavam os candidatos.

O *Expresso das Ilhas* e o *Horizonte* legendaram todas as fotos publicadas, já o jornal *A Semana*, a maioria das fotos não foram legendadas. Esses semanários utilizaram muitas fotos preto e branco e de arquivo para ilustrar as matérias.

Como fizemos na análise das reportagens e dos textos opinativos, esse estudo será feito em separado para cada partido.

### **Candidatos do MPD – Movimento para a Democracia**

Observando o quadro 32 nota-se que os candidatos do MPD foram os mais beneficiados com a quantidade de fotos publicadas e tiveram o maior número de fotos com legendas positivas. Todas as 69 fotos estampadas no *Expresso das Ilhas* do MPD foram positivas para os candidatos desse partido. No jornal *A Semana*, como a maioria das fotos do MPD não foram legendadas, por isso, as consideramos neutras. As fotos que *A Semana* estampou com legenda beneficiaram o MPD. O *Horizonte* divulgou sete fotos de arquivo dos candidatos ventoinhas, imagens que consideramos de negativas, as demais foram positivas.

*Quadro 32: Enquadramento das fotos dos candidatos do MPD*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de fotos</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	94	77%
<b>Negativa</b>	7	6%
<b>Neutra</b>	20	17%
<b>Total</b>	121	100%

A maioria das fotos divulgadas pelos semanários, os candidatos do MPD apareciam alegres, em comícios ou abraçados, fazendo o sinal de vitória com os dedos. As fotos do antigo Primeiro-Ministro, Carlos Veiga ao lado dos candidatos do Movimento para a Democracia podemos considerar que beneficiaram muito esses concorrentes, pois Carlos Veiga goza de uma simpatia enorme no meio dos eleitores cabo-verdianos.

Uma foto de Carlos Veiga com a legenda “Carlos Veiga fez reacender a chama do Movimento para a Democracia” publicada no *Expresso das Ilhas* no dia 23 de fevereiro de 2004 mostra como antigo presidente desse partido ainda tem força junto dos militantes do MPD e dos eleitores.

### **Candidatos do PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde**

Os candidatos do partido que governa Cabo Verde desde 2001 não conseguiram equilibrar as fotos com as reportagens positivas conseguidas nos periódicos cabo-verdianos (ver quadro 33). O *Expresso das ilhas* divulgou 40 fotos com enquadramento negativo para o PAICV, o *Horizonte*, por ser o jornal estatal é tido como próximo ao partido no poder divulgou 14 fotos de arquivo dos candidatos *paicevistas* e *A Semana* duas negativas. Entretanto, esse último publicou 17 fotos positivas do PAICV e o *Horizonte* sete. As restantes fotos divulgadas pelo *Horizonte* foram neutras, pois não beneficiaram e nem prejudicaram os *tambarinas*.

*Quadro 33: Enquadramento das fotos dos candidatos do PAICV*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de fotos</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	24	22%
<b>Negativa</b>	54	49%
<b>Neutra</b>	32	29%
<b>Total</b>	110	100%

Como afirmamos anteriormente, o *Expresso das Ilhas* foi o jornal que mais publicou fotos com legenda e nesse periódico que observamos como as legendas prejudicaram os candidatos do PAICV. Tomamos como exemplo a foto de um candidato do PAICV publicada no dia 14 de janeiro de 2004, no *Expresso das Ilhas* com a legenda “Promessas não cumpridas dão novas promessas”.

Os outros semanários, *Horizonte* e *A Semana* as legendas foram mais para identificar a imagem. Exemplo: “Autárquicas em Santa Cruz e São Felipe” em *A Semana* de 13 de fevereiro de 2004 ou *Horizonte* de 05 de março de 2004 “Manuel Monteiro” que legendava as fotos com o nome dos candidatos.

### Candidatos dos grupos independentes

A imagem dos candidatos independentes apareceu 41 vezes nas páginas dos semanários, no jornal *Horizonte* foram 25 fotos, no *Expresso das Ilhas* 12 e na *A Semana* quatro. O *Horizonte* publicou 18 imagens negativas, *A Semana* duas e o *Expresso das ilhas* uma. O periódico *A Semana* foi o jornal que equilibrou a divulgação de fotos dos candidatos independentes publicando 50% de fotos positivas e 50% de fotos negativas. O *Expresso das ilhas* foi o que mais beneficiou os candidatos independentes com 11 fotos dos comícios e os concorrentes apareciam sempre sorridentes. O *Horizonte* foi o jornal que menos beneficiou os independentes ao publicar sete fotos positivas destes, pois esse periódico recorreu mais vezes a fotos de arquivo para ilustrar as matérias e os textos opinativos.

Quadro 34: Enquadramento das fotos dos candidatos dos grupos independentes

Tipo de entrada	Total de fotos	%
Positiva	20	49%
Negativa	21	51%
Neutra		
Total	41	100%

Mesmo sendo o semanário deu menos espaço para os independentes, o *Horizonte* divulgou legendas que beneficiaram os candidatos. Exemplo: “Albertino Graça quer *modernizar* ilha do Porto Grande”, *Horizonte* 5 de março de 2004, uma legenda da foto de um candidato independente.

### Candidatos da coligação PCD/ PRD – Partido da Convergência Democrática e Partido da Renovação Democrática.

Os candidatos da coligação PCD/PRD mantiveram a tendência dos textos opinativos e das reportagens conseguindo um maior número de fotos com entrada negativa. O *Horizonte* publicou 10 fotos negativas da coligação, seis positivas e duas neutras; o *Expresso das ilhas* divulgou seis imagens negativas e uma neutra e o jornal *A Semana* estampou três fotografias positivas, duas negativas e duas neutras dos candidatos da coligação.

Como podemos ver quadro 35, os concorrentes da coligação PCD/PRD tiveram 56% das fotos com entrada negativa, 28% positiva e 16% neutra.

*Quadro 35: Enquadramento das fotos dos candidatos da coligação PCD/PRD*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de fotos</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	9	28%
<b>Negativa</b>	18	56%
<b>Neutra</b>	5	16%
<b>Total</b>	32	100%

Na maioria das vezes as fotos foram de arquivo e em outras vezes os candidatos apareciam zangados ou em posição desconfortável com boca aberta e olhos fechados acompanhados de legendas negativas.

### **Candidatos da UCID – União Cabo-verdiana Independente e Democrática**

Os candidatos do partido da emigração também foram vítimas das legendas negativas, das 16 fotos publicadas nos jornais 14 foram negativas e duas positivas, um exemplo de legenda negativa foi a frase de um candidato da UCID utilizada como legenda no jornal *A Semana* de 12 de março de 2004, “Como dizem: nascer pobre e morrer acabado. Viva pobreza”. Num país, onde a maioria da população é pobre poderá o eleitor entender que o candidato nada ia fazer para melhorar a situação de vida dos pobres.

*Quadro 36: Enquadramento das fotos dos candidatos da UCID*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de fotos</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	2	12%
<b>Negativa</b>	15	88%
<b>Neutra</b>	***	***
<b>Total</b>	17	100%

Como vimos quadro acima, os candidatos da UCID tiveram 88% das fotos com entrada negativa e 12% positiva. O Horizonte publicou 12 fotos negativas da UCID, A Semana três negativas e uma positiva e o Expresso das ilhas uma imagem de caráter positiva.

### **Candidatos do PTS – Partido do Trabalho e da Solidariedade**

As fotos dos candidatos do PTS para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal de São Vicente apareceram 11 vezes nos jornais, sendo que cinco vezes com caráter negativa e uma positiva no *Horizonte*, duas vezes negativas e duas positivas no *A Semana* e uma negativa no *Expresso das ilhas*.

*Quadro 37: Enquadramento das fotos dos candidatos da UCID*

<b>Tipo de entrada</b>	<b>Total de fotos</b>	<b>%</b>
<b>Positiva</b>	3	27%
<b>Negativa</b>	8	73%
<b>Neutra</b>	***	***
<b>Total</b>	11	100%

Pelo que percebemos no quadro 36, apesar de o PTS ter apresentado candidatos somente no Município de São Vicente, considerado o segundo maior município de Cabo Verde em termos de população e onde o candidato a Presidente de Câmara desse partido tentava a reeleição não conseguiu conquistar positivamente o interesse da imprensa pelos seus concorrentes.

Entendemos que os candidatos dos pequenos partidos têm pouca expressão junto à mídia impressa nacional e a imprensa acentua ainda mais a bipolarização existente no arquipélago.

## 5. CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu estudar a cobertura dos semanários cabo-verdianos nas eleições municipais de 2004. Para isso, analisamos as edições dos jornais *A Semana*, *Expresso das ilhas* e *Horizonte* publicadas no período de 2 de janeiro a 19 de março de 2004. Apesar de avaliarmos separadamente os periódicos, o objetivo do nosso estudo foi de saber comportamento da imprensa escrita em Cabo Verde na cobertura das eleições municipais de 2004.

Entretanto, antes de estudarmos o comportamento dos jornais nas eleições municipais de 2004 descrevemos a ambiência política em Cabo Verde, onde ficamos a conhecer o regime de partido único que foi adotado pelo PAIGC, partido que encabeçou a luta pela independência do país. Como vimos, esse regime foi de partido-Estado em que não se admitiam outros partidos e em que não existia liberdade de expressão, de imprensa, de associação, de reunião e de manifestação.

Analisamos o regime democrático em Cabo Verde, época de maior abertura, surgem novos partidos e há uma mudança na imprensa e na sociedade civil, que apesar de ainda ser tímida vai conseguindo exercer a cidadania política.

No estudo realizado nos semanários cabo-verdianos, no período das eleições municipais de 2004 no país percebemos a tendência dos jornais em querer influenciar os eleitores. Entretanto, não podemos afirmar que os periódicos conseguiram, pois destacaram mais os assuntos episódicos, ou seja, do dia-a-dia da campanha eleitoral e deixando para segundo plano as propostas políticas para os municípios, os candidatos que tiveram melhor desempenho nos contatos corpo-a-corpo, comícios conseguiram maior espaço nas páginas dos jornais.

Contudo, pelo tipo de reportagem, fotos e textos opinativos publicados pelos jornais concluímos que os candidatos do MPD foram os políticos que conseguiram um maior espaço na imprensa. Com a análise realizada percebemos que as matérias e as imagens em termos qualitativos foram positivas para o MPD. O PAICV, segundo no ranking de quantidade de reportagens e fotos foi relatado de maneira mais negativa do que positiva. Os membros das listas dos independentes, apesar de concorrerem em menos municípios do que os dos dois principais partidos de Cabo Verde lograram uma ótima exposição na imprensa.



Em Cabo Verde não é permitida a propaganda eleitoral gratuita nos meios de comunicação para eleições municipais, por isso, o jornal tem um papel fundamental na campanha eleitoral. E, como já era de esperar, o desempenho nos jornais refletiu nos resultados eleitorais (ver anexo 2 e 3), dos 17 municípios, o MPD alcançou nove, o PAICV conquistou seis e os independentes duas autarquias. A maioria das Câmaras e Assembléias Municipais ganha pelo MPD foi ao Norte do país, onde pela primeira vez um partido conseguiu a segunda maior autarquia de Cabo Verde, São Vicente. Os demais municípios ganhos pelo MPD eram desse partido.

Os independentes ganharam do PAICV o quarto município mais importante do país, ilha do Sal e conservaram a Ribeira Grande. O PAICV, apesar de perder um município conservou as outras seis Câmaras e Assembléias Municipais, inclusive a Capital do país, todos ao Sul de Cabo Verde. Esse partido foi considerado pelos jornais, o maior perdedor das eleições municipais, pois em meio do primeiro mandato nacional não conseguiu vencer as eleições municipais.

A forma como os candidatos dos pequenos partidos foi exposta nos jornais repercutiu nos resultados eleitorais, a coligação e os partidos PRD, PTS e UCID não alcançaram nenhuma Câmara ou Assembléia Municipal, há casos de municípios que não conseguiram eleger qualquer vereador ou deputado municipal.

## 6. REFERÊNCIA

ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política*. Tese de doutorado, Iuperj. p. 1-47 e 115 -132, Rio de Janeiro. 2001

AFROBAROMETER, *Atitudes em Relação à Qualidade da Democracia em Cabo Verde, 2005*. Disponível em: <http://www.afrobarometer.org>. Acesso em: 23 de jul. 2005

BARROS, António Fidalgo. Entrevista concedida por e-mail. 01 set. 2005

COSTA, Daniel. *O Semipresidencialismo em Cabo Verde (1991 – 2000)*. Dissertação de mestrado, Iuperj, Rio de Janeiro. 2001

CABO VERDE, *Constituição da República de Cabo Verde*, Assembléia Nacional, Praia, 1992

\_\_\_\_\_, *Constituição da Republica de Cabo Verde*, (revisão), Assembléia Nacional, Praia, 1999.

\_\_\_\_\_, *Código Eleitoral de Cabo Verde*, Direcção de Serviços de Apoio ao Processo Eleitora – DSAPE, Praia, 1999.

\_\_\_\_\_, Lei nº 58/V/98 de junho, Assembléia Nacional. Praia, 1998.

\_\_\_\_\_, Decreto-Legislativo nº 10/93 de 29 de junho, Assembléia Nacional. Praia, 1993

\_\_\_\_\_, Lei nº5/V/98 de 29 de junho, Assembléia Nacional. Praia, 1998

CARDOSO, Humberto. *O Partido Único em Cabo Verde: Um assalto à Esperança*. Imprensa Nacional, Praia. 1993

CARVALHO, Luís. Governo estranha conteúdo das informações do Relatório. *Horizonte*, Praia, p. 24, 30 abr. 2004.

CORREIA E SILVA, António. *O Processo Cabo-verdiano de Transição para a Democracia*. Tese de Mestrado do Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Lisboa - ISCTE, Lisboa, 1997.

DA CRUZ, Braga. *O Partido e o estado salazarismo*. Presença, Lisboa, 1988

ÉVORA, Roselma. *Cabo Verde. A abertura política e a transição para a democracia*. Spleen Edições, Praia, 2004.

FERREIRA, Onildo. Entrevista concedida por e-mail. 24 ago. 2005

FONSECA, Jorge Carlos. *Os Partidos Políticos e a Sociedade Civil em Cabo Verde*, in revista Ekhos do Paul, nº 11, junho de 1999. Pág. 72-81

GOMES, Alírio Cabral. Rádio Nova não está no país para liderar. *Expresso das Ilhas*. Praia, p. 16-17, 17 dez de 2003.

GONÇALVES, Carlos Felipe. Entrevista concedida por e-mail. 06 set. 2005

ILHAS. Praia: Ed. Alfa Comunicações, nº 1, mar. 2004.

LIMA, Aristides. *Reforma política em Cabo Verde*. Grafedito, cidade da Praia, s/d

LOPES, José Vicente. *Cabo Verde, Os Bastidores da Independência*. 2ª edição, Spleen Edições, cidade da Praia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cabo Verde, As causas da independência*. Spleen Edições, Cidade da Praia, 2003.

LOPES, Sara. *Os Desafios da Transformação de Cabo Verde – O papel dos Quadros Nacionais*, in Ciclo de Conferências da AECERJ, Rio de Janeiro, 2004.

MONTEIRO, João – *Os Desafios Econômico-sociais de Cabo Verde na Era da Globalização*, in Ciclo de Conferências da AECERJ, Rio de Janeiro, 2004.

MOSSO, Paula. *A imprensa nos Palop e em Timor Leste: Da Censura à democratização*. Monografia de graduação, UFRJ, ECO 2002.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida por e-mail. 22 set. 2005

NASCIMENTO, João dos Santos. Entrevista concedida por e-mail. 03 set. 2005

PEREIRA, Aristides. *O Meu Testemunho. Uma luta, um partido, dois países*. Editorial Notícias, Lisboa, 2003.

PORTO, Mauro P. *Enquadramentos de mídia e política*. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas. (Org.). *Comunicação e política: Conceitos e abordagens*, Salvador, 2004.

\_\_\_\_\_. *A TV e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: A influência do Horário Eleitoral e do Jornal Nacional na decisão de voto*. UnB, Brasília. Disponível em: [http://www.cienciapolitica.org.br/Mauro\\_Porto.pdf](http://www.cienciapolitica.org.br/Mauro_Porto.pdf). Acesso em: 15 set 2005.

REBELO, José. *O Discurso do Jornal, o como e o porquê*. Editorial Notícias, Lisboa, 2000.

SANTOS, Daniel. Entrevista concedida por e-mail. 11 ago. 2005.

SEMEDO, Alexandre. Entrevista concedida por e-mail. 09 jun. 2005.

VEIGA, Carlos Alberto. *Um olhar sobre o estado de direito democrático em Cabo Verde*, in Ciclo de Conferências da AECERJ, Rio de Janeiro, 2004.

## 7. ANEXOS

### Anexo 1: Lista das Candidaturas as eleições municipais de 2004.

	Candidaturas				
Municípios	Partidos				Grupos independentes
Paúl	MPD	PAICV			
R <sup>a</sup> Grande	PAICV				GDRG
Porto Novo	MPD	PAICV	PCD/PRD		
S. Vicente	MPD	PAICV	PTS	UCID	MMSV
S. Nicolau	MPD	PAICV			GIMDS
Sal	PAICV				
Boavista	MPD	PAICV			
Maio	MPD	PAICV			
Praia	MPD	PAICV	PCD/PRD	UCID	
S. Domingos	MPD				GID-SD
S. Cruz	MPD	PAICV			
S. Catarina	MPD	PAICV	PCD/PRD		NU BAI
S. Miguel	MPD	PAICV	PCD/PRD		
Tarrafal	MPD	PAICV	PCD/PRD		
S. Filipe	MPD	PAICV			
Mosteiros	MPD	PAICV			
Brava	MPD	PAICV			

**Significado das siglas dos Grupos independentes:** **GDRG** – Grupo para o Desenvolvimento da Ribeira Grande; **MMSV** – Movimento Modernizar São Vicente; **GIMDS** – Grupo Independente para a Mudança e o Desenvolvimento do Sal; **GID-SD** – Grupo Independente para o Desenvolvimento de São Domingos; **NU BAI** – Grupo Independente Santa Catarina ‘Nu Bai’.

**Fonte:** *Comissão Nacional de Eleições*

**Anexo 2: Mapa do resultado das eleições de 2004 para as Câmaras Municipais**

							<i>Partidos</i>					<i>Grupos Independentes</i>				
<b>Círculo Eleitoral</b>	<b>Nº de inscritos</b>	<b>Nº de votantes</b>	<b>Abstenção %</b>	<b>Votos brancos</b>	<b>Votos nulos</b>	<b>Votos válidos</b>	<b>PAICV</b>	<b>MPD</b>	<b>PCD/PRD</b>	<b>UCID</b>	<b>PTS</b>	<b>MMSV</b>	<b>GDRG</b>	<b>GIMDS</b>	<b>GID-SD</b>	<b>NU BAI</b>
<b>Paúl</b>	5.054 2,0%	3.812	24,6%	74	76	3.662	1.607 43,9%	2.055 56,1%								
<b>Ribeira Grande</b>	12.946 5,2%	7.884	39,1%	208	287	7.389	1.666 22,5%						5.723 77,5%			
<b>Porto Novo</b>	9.921 4,0%	6.702	32,4%	133	234	6.335	3.029 47,8%	3.152 49,8%	154 2,4%							
<b>São Vicente</b>	43.979 17,7%	22.494	48,9%	311	315	21.868	6.614 30,2%	7.875 36,0%		3.737 17,1%	2.472 11,1%	1.170 5,3%				
<b>São Nicolau</b>	8.709 3,5%	5.160	40,8%	181	220	4.759	1.932 40,6%	2.827 59,4%								
<b>Sal</b>	8.228 3,3%	5.370	34,7%	96	90	5.184	2.317 44,7%							2.867 55,3%		
<b>Boavista</b>	2.828 1,1%	2.165	23,45%	32	45	2.088	730 35,0%	1.358 65,0%								
<b>Maio</b>	3.746 1,5%	2.888	22,9%	27	90	2.771	1.113 40,2%	1.631 58,9%								
<b>Praia</b>	58.013 23,3%	31.815	45,2%	455	752	30.608	15.932 52,1%	13.193 43,1%	1.330 4,3%	153 0,5%						
<b>São Domingos</b>	7.421 3,0%	5.122	31,0%	104	161	4.857		3.507 72,2%							1.350 27,8%	
<b>Santa Cruz</b>	17.627 7,1%	11.252	36,2%	136	414	10.702	5.686 53,1%	5.016 46,9%								
<b>Santa Catarina</b>	25.937 10,4%	12.186	53,0%	258	518	11.410	5.753 50,4%	5.015 44,0%	482 4,2%							160 1,4%
<b>São Miguel</b>	8.519 3,4%	4.618	45,8%	63	190	4.365	1.015 23,3%	2.811 64,4%	539 12,3%							
<b>Tarrafal</b>	9.724 3,9%	5.050	48,1%	96	195	4.759	1.050 22,1%	3.338 70,1%	371 7,8%							
<b>São Filipe</b>	15.820 6,4%	9.729	38,5%	133	240	9.356	5.221 55,8%	4.135 44,2%								
<b>Mosteiros</b>	5.509 2,2%	3.934	28,6%	36	67	3.831	2.531 66,1%	1.300 33,9%								
<b>Brava</b>	4.525 1,8%	2.778	38,6%	18	69	2.691	1.655 61,5%	1.036 38,5%								

Fonte: Comissão Nacional de Eleições.

**Anexo 3: Mapa do resultado das eleições de 2004 para as Assembléias Municipais**

Círculo Eleitoral	Nº de inscritos	Nº de votantes	Abstenção %	Votos brancos	Votos nulos	Votos válidos	Partidos					Grupos Independentes				
							PAICV	MPD	PCD/PRD	UCID	PTS	MMSV	GDRG	GIMDS	GID-SD	NU BAI
Paúl	5.054 2,0%	3.812	24,6%	66	102	3.648	1.589 43,6%	2.059 56,5%								
Ribeira Grande	12.946 5,2%	7.884	39,1%	171	303	7.416	1.904 25,7%						5.512 74,4%			
Porto Novo	9.921 4,0%	6.702	32,4%	137	249	6.318	2.982 47,2%	3.150 49,9%	186 2,9%							
São Vicente	43.979 17,7%	22.494	48,9%	296	320	21.869	6.838 31,3%	7.818 35,7%		3.684 16,8%	2.367 10,7%	1.162 5,2%				
São Nicolau	8.709 3,5%	5.160	40,8%	163	220	4.776	1.907 39,9%	2.869 60,1%								
Sal	8.228 3,3%	5.370	34,7%	78	96	5.193	2.326 44,8%							2.867 55,2%		
Boavista	2.828 1,1%	2.165	23,4%	34	50	2.087	735 35,3%	1.352 65,0%								
Maio	3.746 1,5%	2.888	22,9%	29	89	2.739	1.101 39,7%	1.638 59,1%								
Praia	58.013 23,3%	31.815	45,2%	388	799	30.628	15.733 51,4%	13.261 43,3%	1.487 5,9%	147 0,5%						
São Domingos	7.421 3,0%	5.122	31,0%	88	162	4.872		3.516 72,2%							1.356 27,8%	
Santa Cruz	17.627 7,1%	11.251	36,2%	168	393	10.683	5.650 52,8%	5.033 47,1%								
Santa Catarina	25.937 10,4%	12.186	53,0%	262	520	11.404	5.754 50,5%	5.033 47,1%	464 4,1%							145 1,3%
São Miguel	8.519 3,4%	4.618	45,8%	63	180	4.377	1.011 23,1%	2.772 63,4%	594 13,6%							
Tarrafal	9.724 3,9%	5.050	48,1%	75	199	4.776	1.016 21,3%	3.287% 68,8%	473 9,9%							
São Filipe	15.820 6,4%	9.729	38,5%	135	257	9.344	5.248 56,2%	4.096 43,9%								
Mosteiros	5.509 2,2%	3.934	28,6%	37	69	3.828	2.516 65,7%	1.312 34,3%								
Brava	4.525 1,8%	2.778	38,6%	36	75	2.667	1.645 61,7%	1.022 38,3%								

**Fonte:** Comissão Nacional de Eleições